

Agrotools Gestão e Monitoramento Geo – Espacial de Riscos S.A.

CNPJ nº 08.808.179/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Notas	Capital Social		Reserva legal	Opções Outorgadas	Reserva de Lucros (Prejuízos) Acumulados	Atribuição aos acionistas da Companhia		
		2023	2022	2023	2022		Integralizado	2023				2022	Participações dos não controladores	Total
Ativo Circulante														
Caixa e equivalentes de caixa	4	61.714.168	71.658.493	62.025.585	72.358.657		74.259.437	874.244		235.762	(3.966.684)	(3.966.684)	(8.330)	75.361.113
Clientes	5	5.256.724	6.839.741	5.256.725	7.036.602						(119.446)	(355.208)	(10.016)	(3.976.700)
Clientes - Empresas do grupo	5 e 8	503.940	-	-	-	18,3					(235.762)	(119.446)		(355.208)
Impostos a recuperar	6	940.559	1.052.165	1.067.129	1.079.282		22.999.888					22.999.888		22.999.888
Outros créditos	7	157.557	70.882	157.557	70.882			(874.244)			874.244			
Total do ativo circulante		68.572.948	79.621.281	68.506.997	80.545.423									
Ativo não circulante														
Partes relacionadas	8	1.176.155	2.526.711	-	-		97.259.325		5.707.089		2.652	2.652	1.572	4.224
Impostos a recuperar	6	1.050.000	-	1.050.000	-						(9.511.205)	(9.511.205)	3.375	(9.507.830)
Imobilizado	9	1.669.350	1.607.221	1.669.350	1.607.221								13.399	13.399
Intangível	10	31.047.472	23.821.400	31.047.472	23.821.400			0,15						
Total do ativo não circulante		34.942.978	27.955.332	33.766.822	25.428.621									
Total do ativo		103.515.926	107.576.613	102.273.819	105.974.044									
Passivo														
Passivo e patrimônio líquido														
Passivo circulante														
Financiamento a pagar	11	202.771	402.066	202.771	402.067									
Fornecedores	12	647.038	589.685	648.106	589.965									
Obrigações tributárias	13	867.014	1.749.108	868.067	1.805.053									
Obrigações trabalhistas	14	7.561.457	2.576.057	7.561.457	2.594.690									
Outras obrigações	15	114.355	447.929	114.355	447.928									
Dividendos a pagar	16	376.180	376.180	376.180	376.180									
Total do passivo circulante		9.768.815	6.141.025	9.770.937	6.215.883									
Passivo não circulante														
Outras obrigações	15	1.687.888	1.678.408	443.659	17.755									
Total do passivo não circulante		1.687.888	1.678.408	443.659	17.755									
Total do passivo		11.456.702	7.819.433	10.214.595	6.233.638									
Patrimônio líquido														
Capital social	18,1	97.259.326	97.259.325	97.259.326	97.259.325									
Reserva plano de outorga de ações	18,4	7.520.337	5.707.089	7.520.337	5.707.089									
Prejuízos acumulados	18,3	(12.720.439)	(3.209.234)	(12.720.439)	(3.209.234)									
Total do patrimônio líquido		92.059.224	99.757.180	92.059.224	99.757.180									
Total do passivo e patrimônio líquido		103.515.926	107.576.613	102.273.819	105.974.044									

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado		Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	19	28.572.907	25.510.019	29.843.711	28.543.302	Prejuízo do exercício	(9.511.205)	(3.966.684)	(9.507.830)	(3.976.700)
Custo dos serviços prestados	20	(22.533.881)	(12.590.912)	(22.535.650)	(15.069.948)	Ajustes que não afetam o caixa		2.652		(8)
Lucro bruto		6.039.026	12.919.107	7.308.061	13.473.354	Ajustes de exercícios anteriores		(431.510)	851.141	
Despesas gerais e administrativas	21	(22.330.010)	(19.931.784)	(23.063.229)	(21.350.527)	Equivalência patrimonial		4.482.715	2.535.668	4.482.715
Outras receitas e (despesas) operacionais	22	(95.808)	(138.211)	(94.121)	(138.212)	Depreciações e amortizações		16.780		16.780
Resultado de participação em controlada	3,13	431.510	(851.141)			Baixas imobilizado		1.986.171		1.986.171
Prejuízo antes do resultado financeiro		(15.955.282)	(8.002.029)	(15.849.290)	(8.015.385)	Baixas intangível		3.867.293		3.867.293
Receitas financeiras	23	7.622.745	9.185.330	7.628.233	9.191.193	Participação nos resultados		4.907.673		103.807
Despesas financeiras	23	(1.178.667)	(242.312)	(1.182.966)	(244.835)	Despesa com IRPJ e CSLL				4.907.673
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		(9.511.205)	940.989	(9.404.023)	930.973	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		8.588	(54.601)	8.588
IRPJ e CSLL corrente	24	(4.907.673)	(103.807)	(4.907.673)	(4.907.673)	Plano de outorga de opção de ações		1.813.248	5.707.089	1.813.248
Prejuízo líquido do exercício		(9.511.205)	(3.966.684)	(9.507.830)	(3.976.700)	Ganho aquisição de cotas		(9)	(1.696)	
Atribuível a:						245.900	11.969.109	782.904	11.105.292	
Acionistas da Companhia				(9.511.205)	(3.966.684)	Decréscimo (acréscimo) nas contas de ativo				
Participação dos não controladores				3.375	(10.016)	Clientes		1.070.489	(4.568.384)	1.771.291
				(9.507.830)	(3.976.700)	Impostos a recuperar		(938.394)	(153)	(1.037.847)
						Outros créditos		(86.675)	(75)	(86.675)
						Acréscimo (decréscimo) nas contas de passivo				
						Fornecedores		57.353	234.167	58.141
						Obrigações tributárias		(882.094)	266.121	(936.985)
						Obrigações trabalhistas		1.118.107	1.495.286	1.099.474
						Outras obrigações		107.426	443.753	107.426
						Caixa gerado das (usado nas) atividades operacionais		692.112	9.839.824	1.757.728
						IRPJ e CSLL pagos		(4.361.832)	(103.807)	(4.361.832)
						Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		692.112	5.477.992	1.653.921
						Fluxo de caixa das atividades de investimento				
						Partes relacionadas		1.350.556	(1.744.406)	
						Adições ao imobilizado		(534.696)	(1.065.059)	(534.696)
						Adições ao intangível		(11.253.001)	(12.229.786)	(11.253.001)
						Caixa usado nas atividades de investimento		(10.437.141)	(15.039.251)	(11.787.697)
						Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
						Captação de financiamentos		239.916	800.359	239.916
						Financiamentos pagos		(439.212)	(594.340)	(439.212)
						Aumento de capital			22.999.888	22.999.888
						Dividendos pagos			(732.911)	(732.911)
						Caixa (usado nas) gerado das atividades de financiamento		(199.296)	22.472.996	(199.296)
						Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa		(9.944.325)	12.911.737	(10.333.071)
						Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		71.658.493	58.746.756	72.358.657
						Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		61.714.168	71.658.493	62.025.585
						Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(9.944.325)	12.911.737	(10.333.071)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. (a "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14/02/2007. Em 12/02/2020, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a alteração do tipo jurídico da Empresa de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações. Empresa genuinamente brasileira, se consolidou como a maior plataforma tecnológica que atende as corporações que se relacionam com o agronegócio. A Companhia e sua controlada (conjuntamente "Grupo"), tem como principal atividade operacional o desenvolvimento e entrega de soluções digitais baseadas em sistemas geográficos, cruzamento de dados multi fonte e metodologias/know-how, com processamento de informações tabulares e espaciais, integração de sistemas, uso de aplicações mobile e técnicas derivadas de sensoriamento remoto. Com a visão de ser referência em soluções de grande escala para adaptação à agenda climática, por meio do melhor uso de dados e tecnologia relacionados aos territórios, se posiciona com experiência dentro das organizações, participando de processos e rotinas de corporações de todos os portes, nacionais e internacionais para buscar soluções. Geramos maior conhecimento sobre o setor e apoiamos as empresas nas tomadas de decisões, seja alertando sobre riscos, ou apontando oportunidades de negócios. Vale citar que as atividades da Companhia não envolvem a concessão de financiamento aos clientes do agronegócio. Possui patente de diversos produtos exclusivos e soluções operacionais que atendem as mais diversas legislações, tais como: Lei do Crédito Agrícola, Moratória da Soja, TAC da Carne, Protocolos ESG, criação de Política de Sustentabilidade globais, entre outras. Empresa B no setor de tecnologia para o Agro. Trata-se de uma importante certificação internacional que atesta que o modelo de negócios da companhia visa o desenvolvimento socio e ambiental. Também é certificada pelo Great Place to Work, instituição que avalia empresas e divulga as boas práticas de gestão de pessoas. Por fim, é uma das 200 empresas brasileiras com certificação ISO 27001, que é lastreada e auditada em características e em linha com os principais requisitos tecnológicos do mercado. Em 2023, a carteira de contratos da empresa saltou 36% quando comparado ao ano de 2022. O volume de dados processados, analisados e consumidos pelos clientes cresceu de forma exponencial, ilustrando o avanço das soluções oferecidas aos clientes, bem como, a forte aderência da oferta de soluções aderentes às necessidades dos nossos clientes. Atualmente monitora mais de 200 milhões de hectares, realiza mais de 200 mil análises diárias, monitora mais de 10 commodities através de 45 critérios para 15 das maiores empresas do agronegócio brasileiro. Uma das principais marcas da Agrotools perante nossos clientes é a robustez e amplitude das soluções entregues, no que tange os departamentos e temáticas dentro dos nossos atuais clientes atendidos. Normalmente, nossos clientes utilizam dezenas de aplicações da Agrotools em vários desafios internos e externos, sempre em missões críticas. Neste contexto, a Agrotools continuará reinvestindo uma fração importante da sua geração de caixa em P&D, com o objetivo de evoluir produtos, ferramentas e soluções, além da busca por soluções inovadoras. **ISO 27001 / Cyber Security (Não auditado):** A certificação ISO 27001, obtida em 2022 e mantida em 2023, é um marco e reforça o comprometimento da Companhia em manter um ambiente de negócios seguro e confiável. Nossos clientes, parceiros e fornecedores podem confiar que seus dados são tratados com a máxima segurança da informação, em conformidade com os padrões internacionais. A certificação ISO 27001 também oferece proteção para informações sensíveis, como dados financeiros, listas de dados de clientes e fornecedores e segredos industriais, reforçando a confiança em nossos serviços. **Empresa Certificada B Corp (Não auditado):** A Companhia foi a primeira AgTech da América Latina certificada como B Corp. Certificação B visa ressignificar a definição de sucesso das empresas, identificando aquelas que correspondem aos mais altos padrões de transparência, responsabilidade e desempenho socioambiental. **Great Place to Work (Não auditado):** O Great Place to Work (GPTW) certifica e reconhece as melhores organizações a partir da experiência dos seus colaboradores, reconhecendo-a como um bom lugar para se trabalhar. É a certeza de que a Companhia coloca pessoas no centro de sua estratégia de negócios. **Riscos do conflito Rússia x Ucrânia:** Governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos e a União Europeia, mantêm sanções a certos setores industriais e partidos na Rússia. Essas e quaisquer sanções adicionais, bem como quaisquer respostas dadas pelos governos da Rússia ou de outras jurisdições, podem afetar indiretamente o nosso negócio. Na presente data destas demonstrações financeiras, o contexto descrito acima não gerou impactos relevantes nas referidas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A administração está monitorando continuamente os desdobramentos da situação para avaliar quaisquer impactos futuros, resultantes da crise em andamento. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias Empresas CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **Consolidação** A Companhia consolida a entidade sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A AT Soluções Digitais Ads Ltda. ("controlada") foi adquirida em 03/05/2021, e a Companhia obteve o controle a partir de 01/07/2021, sendo a participação da Companhia no capital da controlada de 99,9% em 2022 e de 100% em 2023. Detalhes vide nota explicativa 3.1.3. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29/03/2024. **b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. **c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **d) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Agrotools Gestão e Monitoramento Geo - Espacial de Riscos S.A.
5. Clientes: Controladora Consolidado
6. Tributos a recuperar: Controladora Consolidado
7. Outros créditos: Controladora Consolidado
8. Partes relacionadas: Controladora Consolidado
9. Imobilizado: a) Composição e movimentação do ativo imobilizado: Controladora Consolidado
10. Intangível: a) Composição e movimentação do ativo intangível: Controladora Consolidado
11. Financiamentos a pagar: Controladora Consolidado
12. Fornecedores: Controladora Consolidado
13. Obrigações tributárias: Controladora Consolidado
14. Obrigações trabalhistas: Controladora Consolidado
15. Outras obrigações: Controladora Consolidado
16. Dividendos a pagar: Controladora Consolidado
17. Contingências: Controladora Consolidado
18. Patrimônio líquido: Controladora Consolidado
19. Receita líquida: Controladora Consolidado
20. Custo dos serviços prestados: Controladora Consolidado
21. Despesas administrativas, comerciais e gerais: Controladora Consolidado
22. Outras receitas e (despesas) operacionais: Controladora Consolidado

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Agrotools Gestão e Monitoramento Geo - Espacial de Riscos S.A.

Apuração de CSLL anual findo em 31/12/2023, após as compensações a controlada obteve lucro antes da apuração do CSLL de R\$ 387.298, porém com os pagamentos antecipados ao longo dos meses correntes de R\$ 55.770 e CSLL retida na fonte de R\$ 5.419 a CSLL a recolher é R\$ 0,00, apurando um saldo negativo de CSLL R\$ (26.332). **25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros:** a) **Gestão de risco financeiro:** As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a riscos de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. b) **Gestão capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. c) **Valores de mercado:** O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza diversos métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. Em 31/12/2023 e de 2022, a Companhia não possuía nenhuma operação em aberto, envolvendo instrumentos financeiros derivativos. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de Crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, Análise de vencimento; investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos.	Avaliação de crédito.	Diversificação das instituições financeiras. Monitoramento dos limites de crédito / ratings. Orientações de investimentos em instrumentos de dívida.
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos.	Provisões de fluxo de caixa.	Linhas de crédito disponíveis.

Lucas Carvalho Tuffi Isak - Administrador Luciano Rocha Saporito - Diretor Financeiro Hogim Athie Gebara - Contador CRC/SP nº 1SP 149.730/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Agrotools Gestão e Monitoramento Geo - Espacial de Riscos S.A.** Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. e da Agrotools Gestão e Monitoramento Geo-Espacial de Riscos S.A. e sua controlada em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 29/03/2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027656/F-9

José Nestor Gava Filho
Contador
CRC 1SP248379/O-7

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

CNPJ/MF nº 34.189.633/0001-01

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)			Passivos e Patrimônio Líquido de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)			Demonstração do Fluxo de Caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)			Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)		
Ativos	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Ativo circulante				Passivo Circulante			Fluxo de caixa de caixa das atividades operacionais		Receitas		
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.380	5.954	Fornecedores	12	16.944	24.629	Operacionais	Receita de serviços	141.200	
Títulos e valores mobiliários	5	11.226	25.424	Obrigações sociais e trabalhistas	4	4.607	2.313	(Prejuízo) do exercício	Receitas relativas à construção de ativos próprios	33.004	
Contas a receber de clientes	6	11.333	9.655	Obrigações tributárias	13	6.127	2.627	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	Outras despesas	(21)	
Estoques		4.024	1.506	Contas a pagar com partes relacionadas	14	7.088	10.639	Ajuste e realização a valor presente	Insumos adquiridos de terceiros:		
Impostos a recuperar	7	8.925	11.834	Passivo de arrendamento	10	5.620	9.559	arrendamento (Nota 11)	Custo dos serviços prestados	(32.982)	
Despesas antecipadas e adiantamentos	8	2.844	9.398	Obrigações com outorga	11	18.117	17.231	Provisões para bônus e gratificações	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.351)	
Contas a receber com partes relacionadas	14	68	46	Processos judiciais		1.734	1.831	Atualização monetária - outorga (Nota 11 e Nota 18)	Construção de ativos próprios	(33.004)	
Outros ativos		-	11	Outras contas a pagar		135	481	Atualização monetária e juros sobre mútuo (Nota 18)	Valor adicionado (consumido) bruto	100.846	
Total do ativo circulante		58.800	63.828	Total do passivo circulante		60.372	69.309	IR e CS corrente e diferido (Nota 19)	Depreciação e amortização	(37.799)	
Ativo não circulante				Passivo não circulante				Ganho/Perda de aplicação financeira	Valor adicionado (consumido) líquido gerado pela Companhia	63.047	
Contas a receber com partes relacionadas	14	65	65	Passivo de arrendamento	10	194.261	179.879	Constituição da provisão para processos judiciais	Valor adicionado (consumido) recebido em transferência:		
Depósitos judiciais		-	20	Obrigações com outorga	12	20.875	36.722	Depreciação e amortização (Nota 9 e 11)	Receitas financeiras (Nota 18)	4.116	
Imobilizado	9	292.249	279.791	Contas a pagar com partes relacionadas	14	245.589	195.624	Amortização do bem de direito de uso (Nota 10)	Valor adicionado (consumido) total a distribuir	67.163	
Direito de uso	10	167.042	158.701	Total do passivo não circulante		460.725	412.225	Amortização do bem de direito de uso (Nota 10)	Distribuição valor adicionado (consumido)	67.163	
Intangível	11	80.839	85.204	Patrimônio líquido				Baixa de direito de uso e arrendamento (Nota 10)	Pessoal:	22.335	
Ativo não circulante		540.195	523.781	Capital social	15	203.905	203.905	Provisões para bônus e gratificações	Remuneração direta	15.822	
Total do ativo		598.995	587.609	Prejuízo acumulado		(126.007)	(97.830)	Outros ativos	Benefícios	5.506	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras			As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras			As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras			As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras		
Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)			Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)			Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)					
	Nota	2023	2022		2023	2022		Capital social	Prejuízo acumulado	Total	
Receita líquida	16	121.967	31.355	Prejuízo do exercício	(28.177)	(47.976)	Saldos em 1º janeiro de 2022	203.905	(49.854)	154.051	
Custos dos serviços prestados	17	(82.714)	(24.807)	Resultado abrangente do exercício	(28.177)	(47.976)	Prejuízo do exercício	-	(47.976)	(47.976)	
Lucro bruto		39.253	6.548	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras			Saldos 31 de dezembro de 2022	203.905	(97.830)	106.075	
Despesas				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras			Prejuízo do exercício	-	(28.177)	(28.177)	
Gerais e administrativas	17	(20.988)	(16.312)	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)			Saldos 31 de dezembro de 2023	203.905	(126.007)	77.898	
Outras receitas e (despesas)	17	(21)	775				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras				
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		18.244	(8.989)								
Receitas financeiras	18	4.115	1.609								
Despesas financeiras	18	(50.536)	(40.535)								
Resultado financeiro		(46.421)	(38.926)								
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(28.177)	(47.915)								
Imposto de renda e contribuição social											
Corrente	19	-	(61)								
Diferido	19	-	-								
Prejuízo do exercício		(28.177)	(47.976)								
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras			As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras			As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras			As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras		
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)											
1. Contexto operacional - A Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A. ("Companhia ou STS20"), foi constituída em 23 de setembro de 2019 com o CNPJ 34.189.633/0001-01, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Eduardo Pereira Guinle, S/N, Armazéns XII, XVII e Armazém de Sal (T-8), após consagrar-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), realizado na forma do Edital de Leilão nº 1/2019 ("Edital"), para arrendamento de área portuária denominada STS20 por 25 anos, destinada a movimentação e armazenagem de grãos sólidos minerais, especialmente fertilizantes e sais, no Porto organizado de Santos (maior porto da América do Sul, localizado em Santos), Estado de São Paulo ("Arrendamento"). 2. Base de preparação a) Base de preparação: Estas demonstrações financeiras referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Diretoria em 19 de abril de 2024 e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. b) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. c) Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda, quando existentes, são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. d) Arredondamento de valores: Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. e) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota Explicativa nº 3 (c) - Reconhecimento de receita. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota Explicativa nº 9 - Vida útil dos ativos imobilizados. • Nota Explicativa nº 10 - Vida útil dos bens de direito de uso e taxa de desconto. • Nota Explicativa nº 11 - Vida útil dos ativos intangíveis. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui avaliação e responsabilidades gerais de revisão de todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Durante o exercício de 2023 não houve transferências entre níveis de hierarquia do valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota Explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros. f) Demonstração do valor adicionado: A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e de forma optativa quando o regulador no qual a Companhia está submetida, solicitar. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. g) Reforma Tributária: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. 3. Políticas contábeis - As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. (a) Mudança nas políticas contábeis: A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. (b) Novas normas e interpretações: i) Emitidas e vigentes: Uma série de novas normas se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes. IFRS 17 - Contratos de Seguro: O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos, na data de início de um arrendamento os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisariam ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio líquido da data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12. A Companhia avaliou o conteúdo e modificações deste pronunciamento e não identificou impactos. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12: As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. CPC 23/IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis: O IASB emitiu alterações no IAS 8, referente a substituição do termo "mudança de estimativa contábil", as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando											

... continuação

Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. **iv) Desreconhecimento: 1. Ativos financeiros:** A companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A companhia realiza transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **2. Passivos financeiros:** A companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **v) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **vi) Capital social – Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. **(f) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulada. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 9. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **(g) Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não são, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de cinco anos. **(h) Redução ao valor recuperável de ativos: (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A companhia reconhece estimativa para perdas esperadas de crédito sobre: **• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e **• Ativos de contrato:** A companhia mensura a estimativa para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: **• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;** e **• Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.** As estimativas para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A companhia considera um ativo financeiro como risco e inadimplência quando: **• E** houver provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou **• O** ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. A companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". **• As** perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; **• As** perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: **• Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;** **• Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;** **• Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;** **• A** probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou **• O** desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da estimativa para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A estimativa para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a companhia adota a política de avaliar a necessidade de baixa do valor contábil bruto com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos pro-

cedimentos da companhia para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da companhia (exceto estoques e ativos fiscais diferidos) são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **(j) Benefícios a empregados: Benefícios de término de vínculo empregatício:** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios que estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade de volta, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. **(l) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(k) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre mútuos e Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. **(l) Imposto de renda e contribuição social:** Na Companhia, os valores desses tributos do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, com base nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. **(m) Arrendamentos:** Um contrato é ou contém um arrendamento se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: **• Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;** **• Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;** **• Valores** que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; **• O** preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Interbancário – CDI, com remuneração média de 103,11% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (106,24% do CDI em 31 de dezembro de 2022). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. **6. Contas a receber de clientes** 2023 2022
Contas a receber 11.333 9.655
Total circulante 11.333 9.655
As perdas de crédito esperadas são constituídas com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito dos clientes com baixa probabilidade de realização. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve constituição para perdas de crédito esperadas. **6.1. Composição do contas a receber por idade de vencimento**
2023 2022
A vencer 11.186 4.527
Vencidos até 30 dias 147 5.128
Total 11.333 9.655
7. Impostos a recuperar 2023 2022
IRPJ/CSLL (a) 3.598 1.538
IRRF s/ aplicação financeira (b) 735 513
PIS/COFINS (c) 4.395 9.643
ISS 197 140
Total circulante 8.925 11.834
(a) O imposto de renda e a contribuição social são apresentados no ativo conforme antecipações realizadas de acordo com as legislações tributárias vigentes, ao lucro real, bem como retenções sofridas em decorrência de pagamento de serviços prestados pela companhia. Parte do crédito de IRPJ e CSLL decorre de antecipações de impostos ocorridas em anos anteriores, que foram superiores aos impostos devidos apurados no final de cada exercício, gerando assim um saldo ativo a compensar com outros tributos federais ou a restituir conforme legislação vigente. Os saldos negativos de anos anteriores são compensados com outros tributos federais, com critérios preestabelecidos pela legislação vigente, bem como são objeto de pedidos de ressarcimento/restituição. (b) As retenções de Imposto de Renda, sofridas em decorrência de rendimentos de aplicações financeiras realizadas pela companhia são reconhecidas conforme informações prestadas pelas instituições financeiras. (c) Os créditos de PIS e COFINS acumulados na Companhia não estão vinculados ao faturamento para o exterior ou para clientes preponderantemente exportadores. Esses créditos são vinculados, exclusivamente, à receita tributada no mercado interno. Dessa forma, a Receita Federal do Brasil não permite que esses créditos sejam utilizados para ressarcimento/compensação. Tais créditos serão utilizados para abatimento dos débitos mensais próprios da Companhia e, portanto, será realizado dentro dos próximos 12 meses. **8. Despesas Antecipadas e Adiantamentos** 2023 2022
Adiantamentos a fornecedores 2.071 8.690
Despesas antecipadas 773 708
Total circulante 2.844 9.398
(a) O imposto de renda e a contribuição social são apresentados no ativo conforme antecipações realizadas de acordo com as legislações tributárias vigentes, ao lucro real, bem como retenções sofridas em decorrência de pagamento de serviços prestados pela companhia. Parte do crédito de IRPJ e CSLL decorre de antecipações de impostos ocorridas em anos anteriores, que foram superiores aos impostos devidos apurados no final de cada exercício, gerando assim um saldo ativo a compensar com outros tributos federais ou a restituir conforme legislação vigente. Os saldos negativos de anos anteriores são compensados com outros tributos federais, com critérios preestabelecidos pela legislação vigente, bem como são objeto de pedidos de ressarcimento/restituição. (b) As retenções de Imposto de Renda, sofridas em decorrência de rendimentos de aplicações financeiras realizadas pela companhia são reconhecidas conforme informações prestadas pelas instituições financeiras. (c) Os créditos de PIS e COFINS acumulados na Companhia não estão vinculados ao faturamento para o exterior ou para clientes preponderantemente exportadores. Esses créditos são vinculados, exclusivamente, à receita tributada no mercado interno. Dessa forma, a Receita Federal do Brasil não permite que esses créditos sejam utilizados para ressarcimento/compensação. Tais créditos serão utilizados para abatimento dos débitos mensais próprios da Companhia e, portanto, será realizado dentro dos próximos 12 meses. **9. Imobilizado** – A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Equipamentos		Móveis e Utensílios em andamento	Imobilizado	Edificações	Instalações e benfeitorias	Total
	Máquinas e equipamentos	Eletrônicos e informática					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	117.801	7.737	244	25.949	107.004	21.056	279.791
Adições	350	338	350	33.004	-	16	34.058
Baixas	(1)	(14)	(20)	-	-	-	(35)
Transferências	11.264	970	24	(36.856)	18.367	6.058	(173)
Depreciação	(12.246)	(1.540)	(26)	-	(5.274)	-	(2.306)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	117.168	7.491	572	22.097	120.097	24.824	292.249
Custo histórico	132.578	9.524	605	22.097	126.453	27.804	319.061
Depreciação acumulada	(15.410)	(2.033)	(33)	-	(6.356)	-	(2.980)
Taxa anual de depreciação – %	10-15	20-25	10-20	-	4-5	10-15	-

	Equipamentos		Móveis e Utensílios em andamento	Imobilizado	Edificações	Instalações e benfeitorias	Total
	Máquinas e equipamentos	Eletrônicos e informática					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	102	134	30	163.384	388	480	164.518
Transferências	119.194	7.735	130	(253.047)	104.132	20.655	(1.201)
Adições	1.654	307	93	115.612	3.566	595	121.827
Depreciação	(3.149)	(439)	(9)	-	(1.082)	(674)	(5.353)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	117.801	7.737	244	25.949	107.004	21.056	279.791
Custo histórico	120.955	8.266	260	25.949	108.086	21.730	285.256
Depreciação acumulada	(3.164)	(529)	(16)	-	(1.082)	(674)	(4.565)
Taxa anual de depreciação – %	10-15	20-25	10-20	-	4-5	10-15	-

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – impairment: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, ao final de cada período de reporte, a Administração avalia se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização que exija a necessidade de constituição de uma estimativa de perda ao valor recuperável de ativos ("impairment") para refletir seu valor de realização. Com isso, é avaliado ao mínimo, os indicativos abaixo: **• Se** há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; **• Se** mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado; **• Se** o ativo está em funcionamento conforme planejado e/ou se ocorreram mudanças durante o exercício que indique que o desempenho econômico será abaixo do esperado. Com base na avaliação realizada, a Administração não identificou indicativos de desvalorização sobre os ativos para as demonstrações financeiras finais em 31 de dezembro de 2023. **10. Direito de uso e passivo de arrendamento – a) Direito de Uso:** A composição e movimentação do direito de uso em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

	2023	2022
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	158.701	158.701
Constituição	941	941
Remensuração de contrato (*)	19.823	19.823
Baixas	(412)	(412)
Amortização	(12.011)	(12.011)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	167.042	167.042

Saldo em 31 de dezembro de 2021

	2023	2022
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	140.213	140.213
Constituição	26.626	26.626
Amortização	(8.138)	(8.138)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	158.701	158.701

(*) A respectiva linha é composta por correções monetárias de índices e renegociações de contratos (por exemplo: extensão de prazos etc.). **b) Passivo de arrendamento:** Abaixo a movimentação do passivo de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	2023	2022
Saldo inicial	189.438	189.438
Adições	941	941
Apropriação de encargos financeiros	14.919	14.919
Remensuração de Contrato	19.823	19.823
Pagamento	(24.685)	(24.685)
Baixa	(555)	(555)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	199.881	199.881

Saldo em 31 de dezembro de 2021

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	160.447	160.447
Adições	26.626	26.626
Apropriação de encargos financeiros	470	470
Pagamento	(14.544)	(14.544)
Realização do AVP	16.439	16.439
Saldo em 31 de dezembro de 2022	189.438	189.438

Circulante 9.559
Não circulante 179.879
Cronograma de vencimento dos arrendamentos:

Ano	Santos
2024	22.890
2025	19.695
2026	18.869
2027 em diante	378.525
Subtotal	439.799

Juros e ajuste a valor presente (239.918)
Passivos de arrendamentos 199.881

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação		2023		2022	
Serviços de Informática	(2.526)				
Serviços de terceiros	(7.625)	(3.720)			
Aluguéis	(4.317)	(26)			
Viagens e passagens	(205)	(177)			
Copa e cozinha	(143)	(114)			
Operacionais e segurança	(14.587)	(4.515)			
Fretes	(5)				
Taxas diversas	(425)				
Materiais operacionais	(26)				
Processos judiciais	(434)				
Outras (despesas) receitas	(5.445)	(1.568)			
Total	(103.723)	(40.344)			
Classificados como:					
Custo dos serviços prestados	(82.714)	(24.807)			
Gerais e administrativas	(20.988)	(16.312)			
Outras (despesas) e receitas	(21)	775			
Total	(103.723)	(40.344)			
(*) O montante contempla ajustes referentes aos créditos de impostos (Pis/Cofins), decorrentes dos pagamentos das parcelas de arrendamento, são registrados a crédito das despesas de depreciação do direito de uso e despesas financeiras.					
18. Resultado financeiro					
		Santos			
		2023	2022		
Receitas					
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.073	829			
Juros sobre outros ativos	14	2			
Total	4.087	831			
Despesas					
Juros sobre mútuo e outorga	(32.302)	(19.540)			
Juros sobre bem e direito de uso	(17.887)	(18.346)			
Outras – IOF e Perda com Investimento	(50)	(2.149)			
Total	(50.239)	(40.535)			
Variações Monetárias e Cambiais, líquida					
Receita	29	778			
Despesa	(298)				
Total	(269)	778			
Resultado financeiro líquido					
	(46.421)	(38.926)			
19. Imposto de renda e contribuição social – A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal abrange margem para interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às Autoridades Fiscais.					
		2023	2022		
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(28.177)	(47.915)			
Alíquota nominal	34%	34%			
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	9.580	16.291			
Ajustes permanentes:					
Despesas indedutíveis	(249)				
Doações		(49)			
Perda na renda variável		(568)			
Outros ajustes:					
Impostos diferidos s/ diferenças temporárias não reconhecidas					
Impostos diferidos s/ prejuízos fiscais não reconhecidos	(4.005)	(9.413)			
Imposto diferido reconhecido de períodos anteriores		(81)			
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.079)	(10.574)			
Impostos correntes		(61)			
Total	(61)	(10.635)			
Alíquota efetiva	0%	0%			

Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

20. Instrumentos financeiros – 20.1. Instrumentos financeiros por categoria: Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, os valores justos estimados dos instrumentos são os mesmos dos valores contabilizados, conforme segue:

	2023	2022
Ativos		
Valor justo por meio do resultado:		
Títulos e valores mobiliários	Nível 2 11.226	25.424
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2 20.380	5.954
Outros ativos	Nível 2 –	11
Contas a receber de clientes	Nível 2 11.333	9.655
Contas a receber com partes relacionadas	Nível 2 133	111
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado:		
Fornecedores	Nível 2 16.944	24.629
Contas a pagar com Partes relacionadas	Nível 2 252.677	206.263
Passivo de arrendamento	Nível 2 199.881	189.438
Obrigação com outorga	Nível 2 38.992	53.953

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Durante o exercício de 2023 não houve transferências entre níveis de hierarquia do valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia. **20.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:** Os instrumentos financeiros da Companhia, segregados entre ativos classificados como valor justo por meio do resultado e por custo amortizado, e passivos classificados por meio do custo amortizado são substancialmente remunerados por taxas de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2023 e estão apresentados a seguir.

	Valor justo		Valor contábil	
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	20.380	5.954	20.380	5.954
Títulos e valores mobiliários	Nível 2 11.226	25.424	11.226	25.424
Contas a receber com clientes	Nível 2 11.333	9.655	11.333	9.655
Contas a receber com Partes Relacionadas	Nível 2 133	111	133	111
Outros ativos	Nível 2 –	11	–	11
Passivos				
Fornecedores	Nível 2 16.944	24.629	16.944	24.629
Contas a pagar com Partes Relacionadas	Nível 2 252.677	206.263	252.677	206.263
Passivos de arrendamentos	Nível 2 199.881	189.438	199.881	189.438
Obrigação com outorga	Nível 2 38.992	53.953	38.992	53.953

20.3. Instrumentos financeiros não derivativos:

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. **20.4. Gerenciamento de riscos:** Gerenciamento de risco financeiro: Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis

macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional. A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora. Essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são:

- Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de taxa de juros. A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. **Estrutura de gerenciamento de risco: Risco de crédito:** É o risco de a Companhia sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, por clientes recorrentes e por aplicações financeiras. **a) Contas a Receber:** A Companhia, após análise e aplicabilidade das políticas de contas a receber, não possui perda relevante para suas demonstrações financeiras. **b) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão e as aplicações financeiras são direcionadas pela Tesouraria da Companhia de acordo com a Política estabelecida a fim de reduzir o risco financeiro da Companhia. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando a manter os resultados esperados. Quanto aos Instrumentos Financeiros, a Companhia está exposta principalmente a Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, portanto restringe a exposição a Instituições Financeiras de primeira linha, com classificação "Investment Grade" pelas agências de risco

amplamente aceitas no mercado, além de reduzir o risco por meio da diversificação das contrapartes. Em dezembro de 2023 o rating das contrapartes eram:

	Rating Local	Rating Global
Santander	AAA	BB
Itaú	AAA	BB+
XP	AAA	BB
Banco do Brasil	–	BB
JP Morgan	AA	AA-
Citibank	AAA	A+

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras são:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	20.380	5.954
Contas a receber com clientes	11.333	9.655
Títulos e valores mobiliários	11.226	25.424
Outros ativos	–	11
Total	42.939	41.044

Risco de liquidez: É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vencidas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. O vencimento baseia-se na data mais recente em que a Companhia possui as respectivas obrigações:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante	2023
Fornecedores (Nota 11)	16.944				–
Passivo de arrendamento (Nota 9)	5.620	4.135	1.960		188.166
Risco de liquidez					2022
Fornecedores (Nota 11)	24.629				–
Passivo de arrendamento (Nota 9)	2.183	2.240	8.194		41.336
Obrigação com outorga (Nota 10)	18.983	17.669	17.783		135.003

Risco de taxa de juros:

Valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição ao risco de taxas de juros:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	20.380	5.954
Títulos e valores mobiliários	11.226	25.424

Análise de sensibilidade: A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. **Variação das taxas de juros e taxas**

As tabelas abaixo indicam os índices considerados para a análise de viabilidade e o efeito desta no resultado.

	Taxa estimada				
	Cenário provável	Cenário possível 10%	Cenário remoto 15%	Cenário provável	Cenário possível
Instrumentos financeiros	Risco	Taxa	provar	remoto	remoto
Títulos e valores mobiliários	CDI 11,65%	8,89%	10,49%	9,90%	11,22%
Total	11.226	(310)	(131)	(196)	(196)

20.5. Gestão de capital:

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada. A dívida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é apresentada a seguir:

	2023	2022
Total dos passivos circulante e não circulante	(521.097)	(481.534)
Caixa e equivalentes de caixa	20.380	5.954
Títulos e valores mobiliários	11.226	25.424
(Insuficiência) sobre líquida de caixa	(489.491)	(450.156)
Patrimônio líquido	77.898	106.075
Relação entre patrimônio e a (insuficiência) sobre líquida de caixa	(16%)	(24%)

21. Itens que não afetam caixa –

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 6.294 (R\$ 13.027 em 31 de dezembro de 2022) se refere a fornecedores para aquisição de imobilizados e intangíveis que não afetou o caixa da Companhia.

22. Seguros –

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos visando cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades envolvendo as suas instalações operacionais, e para os riscos de engenharia e obras dos projetos, responsabilidade civil e danos materiais. A importância segurada em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	2023
Responsabilidade Civil	282.245
Responsabilidade Civil Operador Portuário	10.000
Riscos Cibernéticos	30.000
Ambiental	2023
Financeira	400
Performance	184.422

20. Gerenciamento de risco financeiro:

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional. A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora. Essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são:

- Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de taxa de juros. A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. **Estrutura de gerenciamento de risco: Risco de crédito:** É o risco de a Companhia sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, por clientes recorrentes e por aplicações financeiras. **a) Contas a Receber:** A Companhia, após análise e aplicabilidade das políticas de contas a receber, não possui perda relevante para suas demonstrações financeiras. **b) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão e as aplicações financeiras são direcionadas pela Tesouraria da Companhia de acordo com a Política estabelecida a fim de reduzir o risco financeiro da Companhia. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando a manter os resultados esperados. Quanto aos Instrumentos Financeiros, a Companhia está exposta principalmente a Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, portanto restringe a exposição a Instituições Financeiras de primeira linha, com classificação "Investment Grade" pelas agências de risco

amplamente aceitas no mercado, além de reduzir o risco por meio da diversificação das contrapartes. Em dezembro de 2023 o rating das contrapartes eram:

	Rating Local	Rating Global
Santander	AAA	BB
Itaú	AAA	BB+
XP	AAA	BB
Banco do Brasil	–	BB
JP Morgan	AA	AA-
Citibank	AAA	A+

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras são:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	20.380	5.954
Contas a receber com clientes	11.333	9.655
Títulos e valores mobiliários	11.226	25.424
Outros ativos	–	11
Total	42.939	41.044

Risco de liquidez: É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vencidas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. O vencimento baseia-se na data mais recente em que a Companhia possui as respectivas obrigações:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante	2023
Fornecedores (Nota 11)	16.944				–
Passivo de arrendamento (Nota 9)	5.620	4.135	1.960		188.166
Risco de liquidez					2022
Fornecedores (Nota 11)	24.629				–
Passivo de arrendamento (Nota 9)	2.183	2.240	8.194		41.336
Obrigação com outorga (Nota 10)	18.983	17.669	17.783		135.003

Risco de taxa de juros: Valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição ao risco de taxas de juros:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	20.380	5.954
Títulos e valores mobiliários	11.226	25.424

Análise de sensibilidade: A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. **Variação das taxas de juros e taxas**

As tabelas abaixo indicam os índices considerados para a análise de viabilidade e o efeito desta no resultado.

	Taxa estimada				
	Cenário provável	Cenário possível 10%	Cenário remoto 15%	Cenário provável	Cenário possível
Instrumentos financeiros	Risco	Taxa	provar	remoto	remoto
Títulos e valores mobiliários	CDI 11,65%	8,89%	10,49%	9,90%	11,22%
Total	11.226	(310)	(131)	(196)	(196)

20.5. Gestão de capital: A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada. A dívida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é apresentada a seguir:

	2023	2022
Total dos passivos circulante e não circulante	(521.097)	(481.534)
Caixa e equivalentes de caixa	20.380	5.954
Títulos e valores mobiliários	11.226	25.424
(Insuficiência) sobre líquida de caixa	(489.491)	(450.156)
Patrimônio líquido	77.898	106.075
Relação entre patrimônio e a (insuficiência) sobre líquida de caixa	(16%)	(24%)

21. Itens que não afetam caixa – Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 6.294 (R\$ 13.027 em 31 de dezembro de 2022) se refere a fornecedores para aquisição de imobilizados e intangíveis que não afetou o caixa da Companhia.

22. Seguros – A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos visando cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades envolvendo as suas instalações operacionais, e para os riscos de engenharia e obras dos projetos, responsabilidade civil e danos materiais. A importância segurada em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	2023
Responsabilidade Civil	282.245
Responsabilidade Civil Operador Portuário	10.000
Riscos Cibernéticos	30.000

Stone Holding Instituições S.A.

CNPJ/MF nº 48.912.814/0001-29

Balancos Patrimoniais – Exercício de 2023 e 2022 (em milhares de reais)				Demonstração dos Resultados do exercício – Exercícios finais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício de 2023 e 2022 (em milhares de reais)																																																																		
Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Lucros acumulados	Total																																																											
Ativo Circulante		88.618	100					100							100																																																											
Caixa e equivalentes de caixa	4	100	100	Despesas administrativas	(75)	–	Saldos em 31 de dezembro de 2022	–	–	–	–	–	–	–	–																																																											
Dividendos a receber	6	88.518	–	Despesas financeiras, líquidas	(763)	–	Aumento de capital – constituição	7.1	1.379.098	–	–	–	–	–	1.379.098																																																											
Ativo não circulante		1.741.954	–	Outras receitas (despesas), líquidas	(105)	–	Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	–	–	174.896	–	–	–	–	174.896																																																											
Investimentos	5	1.741.954	–	Total de Despesas	(943)	–	Movimentação proveniente de acervo de aquisição de investimento	–	–	(34.540)	–	–	–	–	(34.540)																																																											
Total do ativo		1.830.572	100	Lucro/Prejuízo antes do IR e CS	338.291	–	Outros	–	–	(186)	–	–	–	–	(186)																																																											
Passivo		1.830.572	100	Lucro líquido do exercício	338.291	–	Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	64.831	–	–	64.831																																																											
Passivo Circulante		80.419	–	Lucro líquido do exercício	338.291	–	Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	338.291																																																											
Contas a pagar	7.2.3	75	–	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			Destinação do lucro líquido do exercício:	–	–	–	–	–	–	–	–																																																											
Dividendos a pagar	7.2.3	80.344	–	Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercício de 2023 e 2022 (em milhares de reais)			Reserva legal	7.2.2	–	–	16.915	–	–	–	(16.915)																																																											
Patrimônio líquido		1.750.153	100	Exercício de 2023 e 2022 (em milhares de reais)			Reserva de mínimos obrigatórios	7.2.3	–	–	–	–	–	–	(80.344)																																																											
Capital social	7.1	1.379.198	100	31/12/2023 31/12/2022			Dividendos de investimentos	7.2.4	–	–	241.032	–	–	–	(241.032)																																																											
Reserva de capital	7.2.1	140.170	–	Lucro líquido do exercício	338.291	–	Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.379.198	140.170	16.915	555.428	(341.558)	–	–	1.750.153																																																											
Reserva legal	7.2.2	16.915	–	Outros resultados abrangentes	(341.558)	–	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																			
Outros resultados abrangentes	–	(341.558)	–	Resultado abrangente do exercício	(3.267)	–	Demonstração do Fluxo de Caixa – Exercício de 2023 e 2022 (em milhares de reais)																																																																			
Reserva de lucros	7.2.4	555.428	–	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																						
Total do passivo e patrimônio líquido		1.830.572	100	Fluxos de Caixa e o IFRS7/CPC 40 Instrumentos Financeiros: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações do IAS7/CPC 03 Demonstração de Fluxos de Caixa e o IFRS7/CPC 40 Instrumentos Financeiros: Divulgações para esclarecer as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigir divulgações adicionais de tais acordos. As alterações visam melhorar a compreensão das características das transações de financiamento de fornecedores e incluir divulgações nas demonstrações financeiras que ajudam os usuários a compreenderem os efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade. A Companhia não espera ter qualquer impacto em suas demonstrações financeiras com a aplicação das alterações apresentadas acima.																																																																						
<p>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)</p> <p>1. Contexto operacional – A Stone Holding Instituições S.A. (“Companhia”) foi constituída em 26 de outubro de 2022, está localizada em São Paulo, na Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, cj. 1501, 14º andar. A Companhia tem por objeto social deter participações societárias em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, é controlada diretamente pela DLP Capital LLC (“DLP Capital”) e 0,01% pela DLP Participações S.A. e em última instância pela StoneCo Ltd (“StoneCo”), empresa constituída nas Ilhas Cayman, com capital aberto e negociado com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.</p> <p>2. Apresentação das demonstrações financeiras – 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. Ressalte-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de abril de 2024.</p> <p>3. Principais políticas contábeis – As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas nas correspondentes notas ao longo da demonstração financeira. Demais políticas contábeis, não relacionadas com notas específicas e julgadas como relevantes pela administração são apresentadas a seguir. a. Base de consolidação: Esta demonstração financeira segue o modelo individual, uma vez que a Companhia se enquadra às exceções do CPC 36/IFRS10 – Demonstrações consolidadas, parágrafo 4: “(i) a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com o seu grupo de proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora; (ii) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais); (iii) ela não tiver adquirido nem estiver em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e (iv) a controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC 36/IFRS 10, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado de acordo com este pronunciamento” b. Classificação como circulante e não circulante: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos são classificados como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. c. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração no IAS 12/CPC 32 – Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação; Essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. • Alterações de escopo do IAS 1/CPC 26 e IAS 8/CPC 23: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações do IAS 1/CPC 26 e IAS 8/CPC 23. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis e mudanças de políticas contábeis. As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. d. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas: • Emendas ao IAS 1/CPC 26 – Classificação do passivo como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1/CPC 26 para especificar os requisitos para classificar passivos como circulantes ou não circulantes. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. • Alterações do IAS7/CPC 03 Demonstração de</p>																																																																										
<p>5.3. Informações de controladas diretas</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Controladas diretas</th> <th>Ativo circulante</th> <th>Ativo não circulante</th> <th>Passivo circulante</th> <th>Passivo não circulante</th> <th>Patrimônio líquido</th> <th>Resultado líquido</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Stone Instituição de Pagamento</td> <td>40.185.166</td> <td>3.808.728</td> <td>41.715.938</td> <td>447.301</td> <td>1.491.387</td> <td>339.268</td> </tr> </tbody> </table> <p>Stone Instituição de Pagamento S.A.: A Stone Instituição de Pagamento S.A. com sede em São Paulo, Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, cj. 2101, 20º andar, foi constituída em 01 de junho de 2012. A Stone Instituição de Pagamento tem como atividade principal a prestação de serviços para aceitação de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais e seu modelo de negócio compreende o credenciamento, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para a captura, processamento, transmissão e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito dos instituidores dos arranjos. A Stone Instituição de Pagamento também atua efetuando pré-pagamentos de transações com cartões aos estabelecimentos credenciados sobre transações já capturadas e processadas. A Stone Instituição de Pagamento obteve, em 3 de julho de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), e em 24 de abril de 2019 recebeu autorização para atuar como emissora de moeda eletrônica. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Stone Instituição de Pagamento passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento inte-</p>																Controladas diretas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido	Stone Instituição de Pagamento	40.185.166	3.808.728	41.715.938	447.301	1.491.387	339.268																																													
Controladas diretas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido																																																																				
Stone Instituição de Pagamento	40.185.166	3.808.728	41.715.938	447.301	1.491.387	339.268																																																																				
<p>6. Dividendos a receber</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Dividendos a receber</td> <td>88.518</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>88.518</td> <td>–</td> </tr> </tbody> </table> <p>7. Patrimônio líquido – 7.1 Capital social: Em AGE aprovada em 02 de janeiro de 2023, a Companhia aumentou seu capital em R\$ 1.178.335, passando a ter um capital social de R\$ 1.178.435, dividido em 1.178.435.203 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE aprovada em 31 de maio de 2023, a Companhia aumentou seu capital em R\$ 200.763, passando a ter um capital social de R\$ 1.379.198, dividido em 1.379.198.092 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R\$ 1.379.198 (R\$ 100 em 31 de dezembro de 2022), representado por 1.379.198.092 (100.000 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, sem quaisquer ações preferenciais e sem valor nominal, subscritas e integralizadas, distribuídas entre os acionistas como segue:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Pais</th> <th>Participação (%)</th> <th>Total de Ações</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Acionistas</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>DLP Capital LLC</td> <td>Brasil</td> <td>99,99%</td> <td>1.379.198.092</td> </tr> <tr> <td>DLP Participações S.A.</td> <td>Brasil</td> <td>0,01%</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Total do Capital Social</td> <td></td> <td>100,00%</td> <td>1.379.198.102</td> </tr> </tbody> </table> <p>7.2 Reservas de lucros: 7.2.1 Reserva de capital: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui uma reserva de capital no montante de R\$ 140.170. 7.2.2 Reserva legal: Reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/1976. Em 31 de dezembro de 2023 foi constituída Reserva legal no valor de R\$ 16.915. 7.2.3 Dividendos: O estatuto da Companhia prevê a distribuição, a cada exercício, de um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado prevista no artigo 204 da Lei nº 6.404/1976. Em 31 de dezembro de 2023 foi constituído dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 80.344. 7.2.4 Reserva de lucro: A reserva estatutária tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social. Serão destinados a essa reserva, em cada período, os lucros líquidos não realizados que ultrapassarem o valor destinado a reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei nº 6.404/1976. Em 31 de dezembro de 2023 foi constituída reserva estatutária no valor de R\$ 555.428.</p> <p>8. Despesas administrativas</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Exercício findo em 31/12/2023</th> <th>Exercício findo em 31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Serviços de terceiros</td> <td>(75)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(75)</td> <td>–</td> </tr> </tbody> </table> <p>9. Despesas financeiras</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Exercício findo em 31/12/2023</th> <th>Exercício findo em 31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>IOF sobre o aporte de capital</td> <td>(763)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(763)</td> <td>–</td> </tr> </tbody> </table> <p>10. Gerenciamento de riscos – A Companhia possui a área de Gestão de Riscos, liderada pelo Chief Risk Officer (“CRO”) e formada pelas equipes: ERM (Enterprise Risk Management), Gestão de Capital, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco Operacional, Prevenção à Fraude e Segurança da Informação. A área é responsável pela estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e pela estrutura de gerenciamento de capital. Assessora o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva quanto aos níveis de riscos que a instituição está disposta a assumir, a capacidade de a instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente de acordo com os objetivos estratégicos da instituição, as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua. Neste contexto, a Companhia possui a Política de Gestão de Riscos e Capital, que estabelece a governança a ser observada no gerenciamento de riscos e de capital, definindo estruturas e órgãos e suas respectivas atribuições. A governança é estabelecida de modo a atender aos requisitos regulatórios aplicáveis à Companhia em diversas jurisdições e a buscar eficiência na gestão de riscos e capital. As atividades da área de Gestão de Riscos permitem a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos financeiros, operacionais, sociais, ambientais, climáticos, entre outros. São adotados processos para rastreamento e reporte tempestivo de exceções às políticas de gerenciamento de riscos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite de Riscos pela Companhia (“RAS”). A área de Gestão de Riscos reporta periodicamente ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva por meio de Comitês de Riscos e Comitês Executivos. Os tipos de risco e estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidos: 10.1 Risco de mercado: é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, e inclui o risco de taxa de juros, que é relacionado com a possibilidade de perda financeira resultantes de oscilação das taxas de juros de mercado, e o risco cambial, que é relacionado com a possibilidade de perdas financeiras resultantes de flutuação da taxa de câmbio. A Companhia realiza o gerenciamento de risco de mercado por meio de política interna, onde a área de Tesouraria atua como primeira linha de defesa, e a área de Riscos, como segunda linha de defesa. A política abrange processos da companhia que resultam em exposição ao risco de mercado e define métricas e procedimentos para gerenciamento do risco de taxa de juros e do risco cambial. 10.2 Risco de liquidez: é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Constitui, ainda, o risco de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. A Companhia realiza o gerenciamento do risco de liquidez através de limites de risco que abrangem cenários de estresse, definidos em política interna. A política também tem como objetivo garantir e gestão de exposição de riscos de contrapartes. A área de Riscos realiza monitoramento da adequação da liquidez da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Menos de um ano</th> <th>A Diretoria</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Em 31 de dezembro de 2023</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar</td> <td>75</td> <td>Camila Del Poente</td> </tr> <tr> <td>Dividendos a pagar</td> <td>80.344</td> <td>Contadora CRC ISP 290.887/0-8</td> </tr> </tbody> </table> <p>continua ...</p>																	31/12/2023	31/12/2022	Dividendos a receber	88.518	–	Total	88.518	–		Pais	Participação (%)	Total de Ações	Acionistas				DLP Capital LLC	Brasil	99,99%	1.379.198.092	DLP Participações S.A.	Brasil	0,01%	10	Total do Capital Social		100,00%	1.379.198.102		Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022	Serviços de terceiros	(75)	–	Total	(75)	–		Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022	IOF sobre o aporte de capital	(763)	–	Total	(763)	–		Menos de um ano	A Diretoria	Em 31 de dezembro de 2023			Contas a pagar	75	Camila Del Poente	Dividendos a pagar	80.344	Contadora CRC ISP 290.887/0-8
	31/12/2023	31/12/2022																																																																								
Dividendos a receber	88.518	–																																																																								
Total	88.518	–																																																																								
	Pais	Participação (%)	Total de Ações																																																																							
Acionistas																																																																										
DLP Capital LLC	Brasil	99,99%	1.379.198.092																																																																							
DLP Participações S.A.	Brasil	0,01%	10																																																																							
Total do Capital Social		100,00%	1.379.198.102																																																																							
	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022																																																																								
Serviços de terceiros	(75)	–																																																																								
Total	(75)	–																																																																								
	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022																																																																								
IOF sobre o aporte de capital	(763)	–																																																																								
Total	(763)	–																																																																								
	Menos de um ano	A Diretoria																																																																								
Em 31 de dezembro de 2023																																																																										
Contas a pagar	75	Camila Del Poente																																																																								
Dividendos a pagar	80.344	Contadora CRC ISP 290.887/0-8																																																																								
<p>10.2.1 Instrumentos financeiros por categoria: (i) Ativos conforme o balanço patrimonial:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Custo amortizado</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Em 31 de dezembro de 2023</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dividendos a receber</td> <td>88.518</td> <td>88.518</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>88.518</td> <td>88.518</td> </tr> </tbody> </table> <p>(ii) Passivos conforme o balanço patrimonial:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Custo amortizado</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Em 31 de dezembro de 2023</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar</td> <td>75</td> <td>75</td> </tr> <tr> <td>Dividendos a pagar</td> <td>80.344</td> <td>80.344</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>80.419</td> <td>80.419</td> </tr> </tbody> </table> <p>10.2.2 Mensuração do valor justo: Em 31 de dezembro de 2023, todos os ativos e passivos mensurados a custo amortizado tem seu valor justo próximo do seu valor contábil. 10.3 Risco de Crédito: é o risco de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações de pagamento perante a Companhia. No contexto operacional da Stone Instituição de Pagamento, o risco de crédito corresponde, principalmente, à possibilidade de inadimplência de bancos emissores de cartões e subcredenciadores. A Companhia dispõe de mecanismos para o monitoramento e mitigação desse risco, categorizado por: • Emissores: a área de Controle de Risco Financeiro realiza o monitoramento semanal da exposição por vencimento e emissor. Para emissores que não são conhecidos no mercado, o time de risco de crédito realiza uma avaliação de riscos baseada em: (I) Informações de Balancos Patrimoniais, (II) Inadimplências da Carteira de Crédito (Operações de crédito vencidas acima de 90 dias), (III) Demonstrativos Financeiros publicados periodicamente nos Catálogos de Documentos (CADCs) do BCB, (IV) Grupos econômicos e familiares dos Emissores e (V) Qualquer outra informação que seja considerada relevante para a avaliação de risco. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores também considera as classificações das agências internacionais de risco, quando disponível. Na hipótese de aumento significativo na concentração da exposição, deterioração da qualidade creditícia ou evento de inadimplência do emissor, são acionados os mecanismos de mitigação ou plano de contingência. Para mitigação do risco de crédito de emissores, a Stone Instituição de Pagamento realiza operações de cessão de direitos creditórios, sem direito de regresso, junto a bancos cessionários com quem a Companhia tenha convênio, FIDCs e demais instrumentos financeiros. • Subcredenciadores: a área de Risco Transacional monitora periodicamente a exposição ao risco de crédito junto a cada subcredenciador, classificando-os em três grupos, conforme a relevância do volume total de pagamentos (“TPV”) e grau de utilização do produto de antecipação de recebíveis. Também são analisados os percentuais de chargeback e cancelamento. São realizadas análises dos vencimentos da carteira nas operações de antecipação de recebíveis e pela comparação entre o limite de antecipação (percentual máximo antecipável) e o valor efetivamente antecipado. São criados alertas para variações relevantes no volume antecipado e nos vencimentos da carteira, em comparação com o mês anterior, analisados e informados em relatórios periódicos. A mitigação do risco de crédito de subcredenciadores é feita através de garantias concedidas na forma de depósito ou instrumentos financeiros similares, redução parcial ou total no volume de antecipação de recebíveis (caso este ultrapasse o limite definido pela Companhia), bem como da identificação de deterioração na qualidade de crédito pela área de Risco Transacional. Adicionalmente, a Stone Instituição de Pagamento tem a prerrogativa contratual de auditar os subcredenciadores para assegurar que os dados financeiros reportados à Companhia são válidos e íntegros, e que os montantes recebidos da Companhia são devidamente repassados aos usuários finais recebedores. • Demais riscos de crédito: Os riscos de crédito dos demais riscos de crédito da companhia são compostos pelas operações de créditos que a companhia possui e quaisquer outras operações de novos produtos. Para as operações de crédito, estas são monitoradas diariamente pelo time de Risco de Crédito, onde são acompanhados saldos das operações, inadimplências da carteira, volume e qualidade de concessões, performance dos produtos durante o tempo, além de outros indicadores de gestão de portfólio. Sobre o ponto de vista de provisionamento, a companhia utiliza os conceitos da Resolução BCB nº 4.966, sobre os ativos que compõem a carteira. Essa resolução é baseada na perda esperada da operação e classificando-as em Estágios, categorizado em Estágio 1 – Ativos com baixo risco de crédito, Estágio 2 – Ativos com aumento de risco de crédito, e Estágio 3 – Ativos com alto risco de crédito. Para os demais riscos de crédito é realizada pela área de Risco Transacional por meio da participação no fluxo de criação de novos produtos. A identificação visa assegurar e identificar quais novas operações podem gerar algum tipo de risco de crédito, que deverá ser monitorado. São monitoradas situações de “agenda negativa” em que o volume de chargeback e/ou cancelamento ultrapassa o total de direitos creditórios devidos pela Companhia ao estabelecimento comercial, a área de Cobrança possa atuar de forma ativa junto aos usuários finais recebedores para sua recuperação. Como forma de mitigação, a equipe de Risco Transacional acompanha tais situações e avalia os casos em que é viável solicitar ao instituidor do arranjo a reversão do chargeback.</p> <p>11. Eventos subsequentes Autorização da Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“SCFI”): Em 05 de janeiro de 2024, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“SCFI”), uma instituição financeira que tem por objeto a prática de todas as operações de crédito, financiamento e investimentos permitidas pela lei e regulamentos aplicáveis. A Stone Instituição de Pagamento será a detentora de 100% das ações ordinárias da SCFI. Emissão de debêntures: Conforme AGE de 13 de março de 2024, foi aprovada a primeira emissão de debêntures da Stone Holding Instituições S.A. para distribuição pública (“Emissão”), nos termos da resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) de 13 de julho de 2022. A quantidade deverá ser definida conforme o montante de emissão de debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, espécie quirográfrica, não conversíveis em ações da Companhia, nominativas e escriturais, até 6 séries com opções de lote adicional e lote suplementar a serem outorgadas na forma da regulamentação da CVM. A amortização, prazo de vencimento e rendimento deverão ser disciplinados na escritura da emissão.</p>																	Custo amortizado	Total	Em 31 de dezembro de 2023			Dividendos a receber	88.518	88.518	Total	88.518	88.518		Custo amortizado	Total	Em 31 de dezembro de 2023			Contas a pagar	75	75	Dividendos a pagar	80.344	80.344	Total	80.419	80.419																																
	Custo amortizado	Total																																																																								
Em 31 de dezembro de 2023																																																																										
Dividendos a receber	88.518	88.518																																																																								
Total	88.518	88.518																																																																								
	Custo amortizado	Total																																																																								
Em 31 de dezembro de 2023																																																																										
Contas a pagar	75	75																																																																								
Dividendos a pagar	80.344	80.344																																																																								
Total	80.419	80.419																																																																								

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Stone Holding Instituições S.A.	
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	
<p>À Diretoria da Stone Holding Instituições S.A. São Paulo-SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Holding Instituições S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Holding Instituições S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais</p>	<p>responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com</p>
	<p>as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade</p>
	<p>operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 18 de abril de 2024.</p> <p>Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP 034.519/O Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro Contadora CRC 1SP 241.544/O</p>

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



DMCore Holding Financeira S.A.

CNPJ/MF nº 37.297.147/0001-03

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas, Clientes e Parceiros: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da DMCore Holding Financeira S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Contexto Organizacional:** A DMCore Holding Financeira S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de junho de 2020, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São José dos

Campos, estado de São Paulo, tem por objeto a participação no capital de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A DMCore é controladora de instituições reguladas pelo Banco Central, como DM Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e a DM Sociedade de Crédito Direto S.A., e de uma instituição de pagamento em processo de aprovação do regulador, a DM Instituição de Pagamento S.A. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração em 16 de abril de 2024. **Operações:** A Companhia atua como investidora de instituições

reguladas pelo Banco Central e de uma instituição de pagamento, com objetivo de operacionalizar operações de cartão de crédito e empréstimo pessoal do Grupo, investindo em processos inovadores e tecnológicos para atendimento do regulador, garantindo assim, um crescimento saudável e rentável. **Práticas contábeis:** As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas na DM compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Auditoria e serviços de não auditoria:** A Companhia informa que não possui nenhum vínculo com os auditores independentes ou qualquer parte relacionada a eles, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Agradecemos aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços. São José dos Campos, 16 de abril de 2024. Presidente: **Denis César Correia**

Balancos Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.091	26		
Contas vinculadas			4.256		
Tributos e contribuições a recuperar		19	12		
		1.110	4.294		
Não circulante					
Outros créditos	5	2.882	1.101		
Investimentos	6	166.879	9.837		
Intangível		2.954			
		172.715	10.938		
Total do ativo		173.825	15.232		

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Fornecedores			16		
Empréstimos e financiamentos	7	2.372	2.264		
Dividendos a pagar	8	11.184	249		
Outras contas a pagar			64		
		13.572	2.577		
Patrimônio líquido					
Capital social	11	131.974	11.930		
Reserva legal		1.968	50		
Reserva de capital		115	(3)		
Reserva de lucros		26.196	678		
		160.253	12.655		
Total do passivo e do patrimônio líquido		173.825	15.232		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

Saldos em 01 de janeiro de 2022	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Resultado do exercício	Total
	10	20	-	-	(20)	10
Aumento de capital	11.920	-	-	-	-	11.920
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(20)	-	-	-	(20)
Ágio aquisição de ações de não controladores	-	-	-	(3)	-	(3)
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	997	997
Destinação de lucros	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	50	-	(50)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	678	(678)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(249)	(249)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.930	50	(3)	678	(249)	12.655
Saldos em 01 de janeiro de 2023	11.930	50	(3)	678	(249)	12.655
Aumento de capital por movimentação de investimentos	120.044	-	-	-	-	120.044
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Ágio aquisição de ações de não controladores	-	-	118	-	-	118
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	38.371	38.371
Destinação de lucros	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.918	-	(1.918)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	25.518	(25.518)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(10.935)	(10.935)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	131.974	1.968	115	26.196	(160.253)	120.044
Mutação do exercício	120.044	1.918	118	25.518	(147.598)	120.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais – Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

I. Contexto operacional – A DMCore Holding Financeira S.A. ("Companhia" ou "DMCore"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de junho de 2020, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, tem por objeto a participação no capital de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A DMCore é controladora de instituições reguladas pelo Banco Central e em processo de aprovação, com destaque a seguir: **DM Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("DM CFI")** – Entre 2019 e 2020, a DM Instituição de Pagamento S.A. ("DM IP"), na qualidade de compradora, assinaram em conjunto com os vendedores, os acionistas controladores da Finansins S/A – Crédito, Financiamento e Investimento ("Finansins"), o Contrato de Compra e Venda de Ações da financeira. Diante da intenção de compra e em atendimento aos requisitos do regulador, os acionistas da DM constituíram a DMCore, uma holding financeira. Em 07 de dezembro de 2021, a DM IP protocolou junto ao Banco Central do Brasil ("Regulador" ou "BCB") o plano de negócios para aquisição da Finansins uma financeira do Rio Grande do Sul. Em 13 de maio de 2022, o Banco Central do Brasil aprovou a operação, e em 30 de junho de 2022, as partes concluíram o fechamento da transação, transferindo 608.940 das ações ordinárias do total de 913.778 ações ordinárias para a Companhia pelo valor de unitário de ação de R\$ 15,89, totalizando o investimento de R\$9.676 correspondente a 66,64% das ações totais. • Novas compras de ações de não controladores foram adquiridos no ambiente B3 – Bolsa de Valores e no processo de OPA – Oferta Pública de Ações, totalizando uma participação societária de 94,548019%. **DM Sociedade de Crédito Direto S.A.** • Em 15 de dezembro de 2023, os acionistas da DM Participações S.A. ("DM Participações"), holding do grupo DM, decidem pela retirada da Sociedade da DM Sociedade de Crédito Direto S.A. ("DM SCD"), cedendo e transferindo 99,999904% do capital social para a Companhia, sendo 1.279.552 ações ordinárias. **DM Instituição de Pagamento S.A.** • Em 15 de dezembro de 2023, os acionistas da DM Participações, decidem pela retirada da Sociedade da DM IP, cedendo e transferindo 99,999991% do capital social para a Companhia, sendo 118.764.103 ações ordinárias. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – Declaração de conformidade em relação às normas do CPC:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação de capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. A Companhia, fazendo uso da prerrogativa do item 4c do CPC 36(R3) – Demonstrações Consolidadas optou por não apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais. As demonstrações financeiras consolidadas da sua controladora final, DM Participações S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil serão publicadas em 17 de abril de 2024. A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi autorizada pela Diretoria em 16 de abril de 2024. **Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamento:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa 9 – Passivos Contingentes. **3. Principais políticas contábeis** – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo. **3.2. Instrumentos financeiros: (i) Ativos e passivos financeiros:** São representados por direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais. (ii) Classificação de instrumentos financeiros: As práticas contábeis adotadas pela Companhia permitem que instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: I – Instrumentos financeiros mensurados ao

custo amortizado; II – Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); e III – Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação depende da origem dos instrumentos ou da finalidade para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação dos instrumentos financeiros é efetuada no reconhecimento inicial da operação. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não operou registros de instrumentos financeiros derivativos no seu balanço. (iii) **Reconhecimento e mensuração inicial:** Com base no CPC 46 – Mensuração do valor justo, o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo: **Nível 1:** A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. **Nível 2:** A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos. **Nível 3:** A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes. O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade. Se os dados do Nível 3 são considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve alto grau de julgamento e premissas da administração. A Companhia possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação. (iv) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. **3.3. Investimento em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas sociedades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre políticas financeiras e operacionais. A parcela atribuída à DMCore Holding Financeira S.A. ("Investidora" e "Companhia") sobre o lucro ou prejuízo do exercício das controladas ("investidas") estão registradas no resultado do exercício na rubrica "resultado de equivalência patrimonial". **3.4. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **3.5. Ativos e passivos contingentes:** Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos não esperados ou passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

(-) Lucro Bruto (+/-) Despesas/receitas operacionais	Nota Explicativa	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
Gerais e administrativas	12.1	(845)	(117)		
Resultado Equivalência Patrimonial	6	39.271	1.101		
(-) Lucro operacional antes do resultado financeiro		38.426	984		
Despesas financeiras	12.2	(112)	(42)		
Receitas financeiras	12.2	57	55		
(-) Resultado financeiro líquido (=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(55)	13		
(-) Imposto de Renda	12.3	-	-		
(-) Contribuição Social	12.3	-	-		
(=) Lucro do exercício		38.371	997		
Nº de ações (Mil)		131.974	11.930		
Lucro líquido por lote de Mil Ações (em R\$)		0,29	0,08		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

Lucro do exercício	2023	2022
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	38.271	997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

e são avaliadas pela Administração em conjunto com assessoria jurídica interna e externa. São reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras quando for considerado provável ou certo a realização e os benefícios econômicos envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas ou passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como: a) Provável: são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial; b) Possível: divulgadas nas demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e c) Remoto: não requerem provisão e nem divulgação. **3.6. Apuração de imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos apurados no exercício corrente, reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro real apurado no exercício, as taxas a serem informadas. **3.7. Transações com partes relacionadas:** São transferências de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. As transações com partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa 10 – Partes Relacionadas. **3.8. Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. **3.9. Receitas:** **3.9.1. Receitas financeiras:** As receitas de juros são calculadas utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que não são comprados com problemas de recuperação de crédito, mas que, posteriormente, se tornaram ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito. As demais receitas financeiras abrangem receitas com descontos obtidos e rendimentos obtidos nas aplicações financeira. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. **3.9.2. Despesas:** As despesas operacionais e financeiras são reconhecidas por competência no resultado. As despesas financeiras da Companhia abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, despesas e comissões bancárias entre outras despesas financeiras. **3.10. Eventos subsequentes:** Correspondem aos eventos significativos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. **3.11. Normas emitidas ou alterações:** **3.11.1. Normas emitidas, vigentes:** As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo CPC e não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) - Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23/IAS 8) - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12) - Reforma tributária internacional – Regras modelo do pilar dois (alterações ao CPC 32/IAS 12) **3.11.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo CPC, porém não foram adotadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023: - Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1); - Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 26/IAS 16) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS - Ausência de convertibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21) - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28) A Companhia não espera impactos relevantes da adoção dessas alterações. **4. Caixa e equivalentes de caixa** – A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa", registrada conforme valores abaixo, é composta pelos valores disponíveis em depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

	2023	2022
Depósitos bancários à vista	9	6
Certificado de Depósito Bancário – CDB	1.082	20
	1.091	26

Os Certificados de depósitos bancários (CDBs) são remunerados a taxas próximas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **5. Outros Créditos** – A rubrica "Outros créditos", registrada conforme valores abaixo, é composta por dividendos a receber de partes relacionadas pela controladora.

	2023	2022
Dividendos a receber	2.882	1.101
	2.882	1.101

6. Investimentos – A rubrica "Investimentos", no valor de R\$166.879 (R\$9.837 em 2022) corresponde à participação societária nas Companhias abaixo:

	DM CFI	DM IP	DM SCD	2023 Total
Patrimônio líquido % de participação societária	14.229	152.355	1.071	
	94,548019%	99,999991%	99,999904%	
Total do investimento	13.453	152.355	1.071	166.879

Resultado de equivalência patrimonial **3.305** **36.175** **(209)** **39.271** Em 2022, a Companhia possuía 67,9434% da participação societária da DM Financeira que totaliza R\$9.837, apresentando um resultado de equivalência patrimonial no exercício de R\$1.101. Em janeiro de 2023, por meio de oferta pública para a aquisição (OPA), adquiriu novas ações ordinárias, nos termos do artigo 254-A da Lei das S.A. e do artigo 30 da Resolução CVM 85/22 (OPA por alienação de controle) no

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa de atividades operacionais	2023	2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais líquido do exercício	38.371	997
Ajustes por:		
Amortização não dedutível	738	-
Despesas incorridas de captação e empréstimos	102	-
Resultado de equivalência patrimonial	(39.271)	(1.101)
Resultado líquido ajustado (Aumento) diminuição em ativos operacionais:	(60)	(104)
Contas vinculadas	4.256	(4.256)
Tributos e contribuições a recuperar	(7)	(12)
Outros créditos e ativos	3	-
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:		
Fornecedores	16	-
Outras contas a pagar	(64)	61
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	4.204	(4.207)
Impostos pagos sobre lucro	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais	4.144	(4.311)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de participação societária	(3.539)	(9.837)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	(3.539)	(9.837)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	11.900
Recursos provenientes de empréstimos e debêntures</		

... continuação				DMCore Holding Financeira S.A.																																																																																							
<p>demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. 10. Transações com partes relacionadas – Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia não possui transações com partes relacionadas, exceto pelos mútuos entre a Companhia e DM IP no valor de R\$2.364 e com a DM Participações no valor de R\$8. 11. Patrimônio líquido – a. Capital social: O Capital social, de R\$131.974 representado por 131.973.655 ações no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, distribuídos pelos seguintes acionistas, após eventos destacados abaixo dentro do processo de reorganização societária:</p>																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sócio</th> <th>% Participação</th> <th>Quant. Quotas</th> <th>Valor</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>DM Participações S.A.</td> <td>99,99999924%</td> <td>131.973.654</td> <td>131.974</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Denis Cesar Correia</td> <td>0,00000076%</td> <td>1</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>100,00000000%</td> <td>131.973.655</td> <td>131.974</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Sócio	% Participação	Quant. Quotas	Valor	2023	2022	DM Participações S.A.	99,99999924%	131.973.654	131.974			Denis Cesar Correia	0,00000076%	1	-			Total	100,00000000%	131.973.655	131.974																																																																
Sócio	% Participação	Quant. Quotas	Valor	2023	2022																																																																																						
DM Participações S.A.	99,99999924%	131.973.654	131.974																																																																																								
Denis Cesar Correia	0,00000076%	1	-																																																																																								
Total	100,00000000%	131.973.655	131.974																																																																																								
<p>Em 09 de agosto de 2023, os acionistas abaixo deram a totalidade de ações emitidas pela Companhia, e firmaram um contrato de compra e venda das 11.929.999 ações ordinárias à DM Participações S.A., exceto por 1 ação que permanecerá sob a titularidade de Denis Cesar Correia.</p>																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sócio</th> <th>% Participação</th> <th>Quant. Quotas</th> <th>Valor</th> <th>2022</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Denis Cesar Correia</td> <td>5%</td> <td>6.561.500</td> <td>6.562</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Willian Brunelli de Souza</td> <td>26%</td> <td>3.101.800</td> <td>3.102</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Beatriz Brunelli de Souza Morgado</td> <td>14%</td> <td>1.670.200</td> <td>1.670</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juan Pablo Garcia Agudo</td> <td>5%</td> <td>596.500</td> <td>596</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>100%</td> <td>11.930.000</td> <td>11.930</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Sócio	% Participação	Quant. Quotas	Valor	2022	2023	Denis Cesar Correia	5%	6.561.500	6.562			Willian Brunelli de Souza	26%	3.101.800	3.102			Beatriz Brunelli de Souza Morgado	14%	1.670.200	1.670			Juan Pablo Garcia Agudo	5%	596.500	596			Total	100%	11.930.000	11.930																																																				
Sócio	% Participação	Quant. Quotas	Valor	2022	2023																																																																																						
Denis Cesar Correia	5%	6.561.500	6.562																																																																																								
Willian Brunelli de Souza	26%	3.101.800	3.102																																																																																								
Beatriz Brunelli de Souza Morgado	14%	1.670.200	1.670																																																																																								
Juan Pablo Garcia Agudo	5%	596.500	596																																																																																								
Total	100%	11.930.000	11.930																																																																																								
<p>Para o aumento de capital, os acionistas da DM Participações, decidiram em retirar-se das sociedades abaixo, cedendo e transferindo o capital social para a Companhia.</p>																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Sócio</th> <th>% Participação</th> <th>Quant. Quotas</th> <th>Valor</th> <th>2022</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>DM Instituição de Pagamento S.A.</td> <td>99,9999991%</td> <td>118.764.103</td> <td>118.764</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>DM Sociedade de Crédito Direto S.A.</td> <td>99,9999904%</td> <td>1.279.552</td> <td>1.279</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>100,00000000%</td> <td>120.043.655</td> <td>120.043</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Sócio	% Participação	Quant. Quotas	Valor	2022	2023	DM Instituição de Pagamento S.A.	99,9999991%	118.764.103	118.764			DM Sociedade de Crédito Direto S.A.	99,9999904%	1.279.552	1.279			Total	100,00000000%	120.043.655	120.043																																																																
Sócio	% Participação	Quant. Quotas	Valor	2022	2023																																																																																						
DM Instituição de Pagamento S.A.	99,9999991%	118.764.103	118.764																																																																																								
DM Sociedade de Crédito Direto S.A.	99,9999904%	1.279.552	1.279																																																																																								
Total	100,00000000%	120.043.655	120.043																																																																																								
<p>b. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve destinação de 5% do lucro líquido do exercício no valor de R\$1.918 (R\$50 em 2022), totalizando R\$1.968. c. Reservas de lucros: A reserva de lucros a realizar, conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia, tem por finalidade não distribuir a parcela da equivalência patrimonial não realizada financeiramente na forma de dividendos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi destinado R\$25.518 (R\$678 em 2022), totalizando R\$26.196. d. Reserva de capital: O valor apurado em reserva de capital, corresponde ao ágio e deságio na aquisição de ações não controladoras no valor de R\$118 (R\$ 3) em 2022, totalizando R\$115. e. Dividendos: Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos, conforme demonstrado na nota explicativa 8 – Investimentos.</p>																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>12. Resultado – 12.1 Gerais e administrativas</td> <td>2023</td> <td>2022</td> </tr> <tr> <td>Consultoria e assessoria</td> <td>(87)</td> <td>(110)</td> </tr> <tr> <td>Amortização não dedutível</td> <td>(739)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Serviços de terceiros PJ</td> <td>(12)</td> <td>(4)</td> </tr> <tr> <td>Provisões e despesas não dedutíveis</td> <td>(3)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Taxas Impostos Contribuições</td> <td>(4)</td> <td>(3)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(845)</td> <td>(117)</td> </tr> <tr> <td>12.2 Resultado financeiro líquido</td> <td>2023</td> <td>2022</td> </tr> <tr> <td>Operações com títulos e valores mobiliários</td> <td>56</td> <td>55</td> </tr> <tr> <td>Rendimentos financeiros</td> <td>1</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total receitas financeiras</td> <td>57</td> <td>55</td> </tr> <tr> <td>PIS e COFINS s/Receitas Financeiras</td> <td>(3)</td> <td>(3)</td> </tr> <tr> <td>Juros passivos</td> <td>(101)</td> <td>(14)</td> </tr> <tr> <td>Tarifas bancárias</td> <td>(8)</td> <td>(25)</td> </tr> <tr> <td>Total despesas financeiras</td> <td>(112)</td> <td>(42)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(55)</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td>12.3 Imposto de renda e contribuição social – O cálculo do imposto de renda e da contribuição social está assim representado:</td> <td>2023</td> <td>2022</td> </tr> <tr> <td>Apuração de IR/CS</td> <td>38.371</td> <td>997</td> </tr> <tr> <td>Resultado antes da tributação sobre o lucro</td> <td>38.371</td> <td>997</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>38.371</td> <td>997</td> </tr> <tr> <td>Adições/(exclusões):</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas não tributáveis (adição)</td> <td>951</td> <td>64</td> </tr> <tr> <td>Receitas não tributáveis (exclusão)</td> <td>(39.481)</td> <td>(1.101)</td> </tr> <tr> <td>Lucro real</td> <td>(159)</td> <td>(40)</td> </tr> <tr> <td>Encargos de 9% IR + Adicional de 10%</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Encargos de 15% CS (a)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="3">(a) A alíquota de contribuição social sobre o lucro tributável é de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. 13. Seguros – O Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, incluindo seguro para diretores (D&O). Os seguros são contratados pela DM Processamento de Dados e Central de Atendimento Ltda., empresa do Grupo DM. 14. Instrumentos Financeiros: a. Estrutura e governança de gestão de riscos: A Companhia possui e segue política de gestão de riscos do Grupo DM, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito das contrapartes. A política de gestão de riscos foi estabelecida pela Alta Gestão e contém em sua estrutura Comitês, responsáveis por monitorar os riscos inerentes às operações e processos, submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. A estrutura de Comitês permite apoiar a Diretoria na identificação e gerenciamento dos principais riscos que a Companhia está sujeita, suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. b. Gestão de risco de crédito: O risco de crédito é definido como o risco de incorrer perdas em contas a receber de clientes (existentes ou potenciais, devido a compromissos dados) resultantes de uma mudança na qualidade do crédito dos devedores, o que pode resultar em inadimplência. A Companhia, em</td> </tr> </tbody> </table>						2023	2022	12. Resultado – 12.1 Gerais e administrativas	2023	2022	Consultoria e assessoria	(87)	(110)	Amortização não dedutível	(739)	-	Serviços de terceiros PJ	(12)	(4)	Provisões e despesas não dedutíveis	(3)	-	Taxas Impostos Contribuições	(4)	(3)	Total	(845)	(117)	12.2 Resultado financeiro líquido	2023	2022	Operações com títulos e valores mobiliários	56	55	Rendimentos financeiros	1	-	Total receitas financeiras	57	55	PIS e COFINS s/Receitas Financeiras	(3)	(3)	Juros passivos	(101)	(14)	Tarifas bancárias	(8)	(25)	Total despesas financeiras	(112)	(42)	Total	(55)	13	12.3 Imposto de renda e contribuição social – O cálculo do imposto de renda e da contribuição social está assim representado:	2023	2022	Apuração de IR/CS	38.371	997	Resultado antes da tributação sobre o lucro	38.371	997	Total	38.371	997	Adições/(exclusões):			Despesas não tributáveis (adição)	951	64	Receitas não tributáveis (exclusão)	(39.481)	(1.101)	Lucro real	(159)	(40)	Encargos de 9% IR + Adicional de 10%	-	-	Encargos de 15% CS (a)	-	-	Total	-	-	(a) A alíquota de contribuição social sobre o lucro tributável é de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. 13. Seguros – O Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, incluindo seguro para diretores (D&O). Os seguros são contratados pela DM Processamento de Dados e Central de Atendimento Ltda., empresa do Grupo DM. 14. Instrumentos Financeiros: a. Estrutura e governança de gestão de riscos: A Companhia possui e segue política de gestão de riscos do Grupo DM, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito das contrapartes. A política de gestão de riscos foi estabelecida pela Alta Gestão e contém em sua estrutura Comitês, responsáveis por monitorar os riscos inerentes às operações e processos, submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. A estrutura de Comitês permite apoiar a Diretoria na identificação e gerenciamento dos principais riscos que a Companhia está sujeita, suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. b. Gestão de risco de crédito: O risco de crédito é definido como o risco de incorrer perdas em contas a receber de clientes (existentes ou potenciais, devido a compromissos dados) resultantes de uma mudança na qualidade do crédito dos devedores, o que pode resultar em inadimplência. A Companhia, em		
2023	2022																																																																																										
12. Resultado – 12.1 Gerais e administrativas	2023	2022																																																																																									
Consultoria e assessoria	(87)	(110)																																																																																									
Amortização não dedutível	(739)	-																																																																																									
Serviços de terceiros PJ	(12)	(4)																																																																																									
Provisões e despesas não dedutíveis	(3)	-																																																																																									
Taxas Impostos Contribuições	(4)	(3)																																																																																									
Total	(845)	(117)																																																																																									
12.2 Resultado financeiro líquido	2023	2022																																																																																									
Operações com títulos e valores mobiliários	56	55																																																																																									
Rendimentos financeiros	1	-																																																																																									
Total receitas financeiras	57	55																																																																																									
PIS e COFINS s/Receitas Financeiras	(3)	(3)																																																																																									
Juros passivos	(101)	(14)																																																																																									
Tarifas bancárias	(8)	(25)																																																																																									
Total despesas financeiras	(112)	(42)																																																																																									
Total	(55)	13																																																																																									
12.3 Imposto de renda e contribuição social – O cálculo do imposto de renda e da contribuição social está assim representado:	2023	2022																																																																																									
Apuração de IR/CS	38.371	997																																																																																									
Resultado antes da tributação sobre o lucro	38.371	997																																																																																									
Total	38.371	997																																																																																									
Adições/(exclusões):																																																																																											
Despesas não tributáveis (adição)	951	64																																																																																									
Receitas não tributáveis (exclusão)	(39.481)	(1.101)																																																																																									
Lucro real	(159)	(40)																																																																																									
Encargos de 9% IR + Adicional de 10%	-	-																																																																																									
Encargos de 15% CS (a)	-	-																																																																																									
Total	-	-																																																																																									
(a) A alíquota de contribuição social sobre o lucro tributável é de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. 13. Seguros – O Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, incluindo seguro para diretores (D&O). Os seguros são contratados pela DM Processamento de Dados e Central de Atendimento Ltda., empresa do Grupo DM. 14. Instrumentos Financeiros: a. Estrutura e governança de gestão de riscos: A Companhia possui e segue política de gestão de riscos do Grupo DM, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito das contrapartes. A política de gestão de riscos foi estabelecida pela Alta Gestão e contém em sua estrutura Comitês, responsáveis por monitorar os riscos inerentes às operações e processos, submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. A estrutura de Comitês permite apoiar a Diretoria na identificação e gerenciamento dos principais riscos que a Companhia está sujeita, suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. b. Gestão de risco de crédito: O risco de crédito é definido como o risco de incorrer perdas em contas a receber de clientes (existentes ou potenciais, devido a compromissos dados) resultantes de uma mudança na qualidade do crédito dos devedores, o que pode resultar em inadimplência. A Companhia, em																																																																																											
<p>conformidade com as políticas internas de gerenciamento de riscos do Grupo DM, alinhado as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil possui processos e ferramentas para mensurar, classificar, acompanhar e mitigar o risco de crédito. O gerenciamento do risco de crédito engloba a definição de limites de exposição do portfólio e o acompanhamento dos índices de inadimplência com o intuito de definir planos de ação em caso de desvio em relação à política e aos limites preestabelecidos. A política de risco de crédito considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de</p>																																																																																											
<p>minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber. c. Gestão de risco de liquidez: É a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios (descasamentos) entre ativos e passivos exigíveis, que possam afetar a capacidade da Companhia. A estrutura prevê o monitoramento diário dos descasamentos entre ativos e passivos que possam comprometer a Companhia de honrar seus compromissos, gerando informações à Tesouraria sobre possíveis exposições a riscos, para que ações corretivas sejam tomadas, baseadas em Políticas que regem o tema. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não apresentava risco de liquidez relevante. O impacto de caixa dos ativos e passivos financeiros de acordo com o seu vencimento contratual são demonstrados a seguir:</p>																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Nota Explicativa</th> <th>Saldo em 31/12/2023</th> <th>Sem Vencimento Até 90 dias</th> <th>De 91 a 365 dias</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativos Financeiros:</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>4</td> <td>1.091</td> <td>1.091</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4</td> <td>1.091</td> <td>1.091</td> </tr> <tr> <td>Passivos Financeiros:</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>7</td> <td>16</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td></td> <td>2.372</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>7</td> <td>2.388</td> <td>16</td> </tr> </tbody> </table>						Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2023	Sem Vencimento Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Ativos Financeiros:				Caixa e equivalentes de caixa	4	1.091	1.091	Total	4	1.091	1.091	Passivos Financeiros:				Fornecedores	7	16	16	Empréstimos e financiamentos		2.372	-	Total	7	2.388	16																																																						
Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2023	Sem Vencimento Até 90 dias	De 91 a 365 dias																																																																																								
Ativos Financeiros:																																																																																											
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.091	1.091																																																																																								
Total	4	1.091	1.091																																																																																								
Passivos Financeiros:																																																																																											
Fornecedores	7	16	16																																																																																								
Empréstimos e financiamentos		2.372	-																																																																																								
Total	7	2.388	16																																																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Nota Explicativa</th> <th>Saldo em 31/12/2022</th> <th>Sem Vencimento Até 90 dias</th> <th>De 91 a 365 dias</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativos Financeiros:</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>4</td> <td>26</td> <td>26</td> </tr> <tr> <td>Contas vinculadas</td> <td></td> <td>4.256</td> <td>4.256</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4</td> <td>4.282</td> <td>4.282</td> </tr> <tr> <td>Passivos Financeiros:</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>7</td> <td>2.264</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td></td> <td>64</td> <td>64</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>7</td> <td>2.328</td> <td>64</td> </tr> </tbody> </table>						Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2022	Sem Vencimento Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Ativos Financeiros:				Caixa e equivalentes de caixa	4	26	26	Contas vinculadas		4.256	4.256	Total	4	4.282	4.282	Passivos Financeiros:				Empréstimos e financiamentos	7	2.264	-	Outras contas a pagar		64	64	Total	7	2.328	64																																																		
Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2022	Sem Vencimento Até 90 dias	De 91 a 365 dias																																																																																								
Ativos Financeiros:																																																																																											
Caixa e equivalentes de caixa	4	26	26																																																																																								
Contas vinculadas		4.256	4.256																																																																																								
Total	4	4.282	4.282																																																																																								
Passivos Financeiros:																																																																																											
Empréstimos e financiamentos	7	2.264	-																																																																																								
Outras contas a pagar		64	64																																																																																								
Total	7	2.328	64																																																																																								
<p>d. Risco de capital: A Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está exposta e planejar metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não apresentava risco de capital. e. Risco operacional: É a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Os eventos de riscos operacionais incluem: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia; situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia ou a descontinuidade dos serviços prestados; falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da Companhia, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não apresentava risco operacional relevante. 15. Controles internos – Os controles internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos,</p>																																																																																											
<p>procedimentos, leis, regulamentações e contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia. Entre as atividades de controles internos estão: • Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de risco operacional novos ou anteriormente não abordados; • Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados pelas auditorias; • Buscar a conformidade aos requisitos legais. Tendo a auditoria interna atuando na revisão da avaliação periódica dos controles internos e dos principais riscos da Companhia em atendimento aos requisitos do Banco Central, como: • Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para controlar e/ou mitigar os eventos de risco operacional, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos; • Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados. Os apontamentos identificados pela auditoria interna serão tratados pela administração, buscando seguir as melhores práticas de mercado e manter controles adequados à estrutura da Companhia. 16. Eventos Subsequentes – Não há eventos subsequentes que requeram ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.</p>																																																																																											
<table border="1"> <tbody> <tr> <td>Tharik Camocardi de Moura CFO e Relação com Investidores</td> <td>Carolina Camacho de Paula Contadora CRC ISP 317.067/0-7</td> <td>Bruno Pascele Piva Controller CRC ISP 267.093/0-2</td> </tr> </tbody> </table>						Tharik Camocardi de Moura CFO e Relação com Investidores	Carolina Camacho de Paula Contadora CRC ISP 317.067/0-7	Bruno Pascele Piva Controller CRC ISP 267.093/0-2																																																																																			
Tharik Camocardi de Moura CFO e Relação com Investidores	Carolina Camacho de Paula Contadora CRC ISP 317.067/0-7	Bruno Pascele Piva Controller CRC ISP 267.093/0-2																																																																																									
<p>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais</p> <p>Aos Acionistas e Administradores da DMCore Holding Financeira S.A. São José dos Campos-SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da DMCore Holding Financeira S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da DMCore Holding Financeira S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos – Exercício anterior não auditado/revisado: Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das</p>																																																																																											
<p>mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais: A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista</p>																																																																																											
<p>para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. –</p>																																																																																											
<p>Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>																																																																																											
<p>São Paulo, 29 de fevereiro de 2024 KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 25P 27.685/0-0 F SP Jonas Moreira Salles Contador CRC SP 295.315/0-4</p>																																																																																											

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Pagarme Instituição de Pagamento S.A.					Demonstração dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
Balço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					Demonstração dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	952.536	1.083.764	952.536	1.085.133	Depósitos de clientes bancários	1.172.706	1.501.030	1.172.706	1.501.453
Aplicações financeiras	11.734.778	5.207.250	11.734.778	5.207.250	Contas a pagar a estabelecimentos	3.402.224	2.130.606	3.402.224	2.130.606
Ativos financeiros de soluções bancárias	1.147.403	1.493.082	1.147.403	1.493.082	Contas a pagar	16.306.811	9.817.579	16.306.811	9.817.579
Contas a receber	6.123.426	4.835.293	6.123.426	4.835.364	Empréstimos e financiamentos	51.559	89.851	51.559	89.861
Despesas antecipadas	92.040	75.521	92.040	75.521	Fornecedores	4	-	4	-
Tributos a recuperar	20.696	31.555	20.696	31.615	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	49.601	37.775	49.601	37.775
Outros créditos	1.740	1.607	1.740	1.607	Obrigações tributárias	20.226	13.688	20.226	13.689
Total do ativo circulante	20.072.619	12.728.062	20.072.619	12.729.572	Adiantamento de clientes	6.813	6.873	6.813	6.873
Ativo não circulante					Dividendos a pagar	13.391	-	13.391	-
Contas a receber	41	95	41	95	Outros passivos	76	1.992	76	1.992
Outros créditos	5.139	8.840	5.139	8.840	Total do passivo circulante	21.023.411	13.599.394	21.023.411	13.599.838
Despesas antecipadas	3.922	2.022	3.922	2.022	Passivo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	164.261	164.589	164.261	164.233	Contas a pagar a estabelecimentos	10.750	14.952	10.750	14.952
Investimentos	-	23.790	-	-	Contas a pagar	25.032	5.762	25.032	5.762
Imobilizado, líquido	761.467	573.490	761.467	573.497	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	4.587	3.795	4.587	3.795
Instalações, móveis e equipamentos de uso	997.262	601.615	997.262	601.625	Provisão para contingências	7.130	4.304	7.130	4.304
(-) Depreciação acumulada	(235.795)	(28.125)	(235.795)	(28.128)	Outros passivos	2.651	9.897	2.651	9.897
Intangível, líquido	125.386	48.932	125.386	72.005	Total do passivo não circulante	50.150	38.710	50.150	38.710
Ativos Intangíveis	152.096	69.435	152.096	92.921	Patrimônio líquido				
(-) Amortização acumulada	(26.710)	(20.503)	(26.710)	(20.916)	Capital social	134.276	92.276	134.276	92.276
Total do ativo não circulante	1.060.216	821.758	1.060.216	820.692	Reserva de capital	27.259	11.991	27.259	11.991
Total do ativo	21.132.835	13.549.820	21.132.835	13.550.264	Reserva legal	6.878	4.059	6.878	4.059
					Reserva de lucros	64.591	24.416	64.591	24.416
					Outros resultados abrangentes	(173.730)	(221.026)	(173.730)	(221.026)
					Total do patrimônio líquido	59.274	(88.284)	59.274	(88.284)
					Total do passivo e patrimônio líquido	21.132.835	13.549.820	21.132.835	13.550.264

Editora Schwarcz S.A.					Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
Balço Patrimonial em 31/12/2023 e 2022 - (Em milhares de reais)					Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - (Em Milhares de Reais)					
Ativo	Consolidado		Controladora		Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Lucros (prejuízos) de Lucros	Acumulados	Total
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022						
Circulante	153.889	156.635	173.287	177.540						
Caixa e equivalentes de caixa	1.412	8.092	2.685	15.335						
Operação com bolsa de valores	0	1.313	0	1.324						
Contas a receber de clientes	58.722	60.203	64.506	65.324						
Estoques	56.365	54.390	64.104	61.299						
Adiantamentos de direitos autorais	29.442	26.285	31.356	27.503						
Advances contratados	0	0	0	0						
Impostos a recuperar	5.011	5.008	8.884	5.365						
Outros ativos circulantes	2.936	1.354	1.753	1.390						
Não circulante	98.710	115.925	89.312	100.479						
Contas a receber de clientes	1.423	1.423	1.423	1.423						
Advances contratados	0	0	0	0						
Impostos diferidos	22.300	21.052	22.365	21.103						
Outras contas a receber	13	13	13	13						
Investimentos	16.468	44.184	7.005	28.567						
Imobilizado	2.720	2.125	2.720	2.126						
Direito de Uso Arrendamento	11.367	13.517	11.367	13.637						
Intangível	20.477	23.595	20.477	23.594						
Mais Valia	23.942	10.015	23.942	10.015						
Total do ativo	252.599	272.560	262.600	278.019						
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante	59.839	74.785	67.368	79.632						
Fornecedores	23.750	19.411	18.821	16.811						
Direitos autorais a pagar	22.543	26.859	26.839	30.295						
Empréstimos	0	0	0	409						
Advances contratados a pagar	0	0	0	0						
Salários e encargos sociais	8.663	8.545	9.325	9.107						
Obrigações Arrendamento	3.916	3.179	3.916	3.302						
Tributos a recolher	792	1.651	1.009	1.851						
Imposto de renda e contribuição social	0	0	6.619	2.548						
Dividendos proposto	0	13.544	-	13.544						
Adiantamento de Clientes	156	1.374	575	1.397						
Outras contas a pagar	20	222	20	368						
Não circulante	17.510	19.419	18.285	20.032						
Passivo diferido	0	0	0	116						
Tributos a recolher	0	-	46	-						
Obrigações Arrendamento	8.270	10.942	8.270	10.943						
Outras contas a pagar	8.587	7.823	8.587	7.823						
Provisão contingência fiscais	654	654	1.266	1.266						
Total do passivo	77.349	94.204	85.653	99.664						
Patrimônio líquido	175.249	178.356	176.947	178.355						
Capital social	117.493	111.951	118.993	111.951						
Reserva	12.254	12.254	12.294	12.254						
Lucros/Prejuízo	45.502	54.151	45.659	54.150						
Total do passivo e patrimônio líquido	252.599	272.560	262.600	278.019						

Senhores Acionistas - Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. As Demonstrações Financeiras desta Sociedade relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Permanecendo a inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Notas Explicativas - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. **Contexto operacional:** A Editora Schwarcz S.A. (a "Companhia"), com sede na cidade de São Paulo - SP tem por atividade: edição de livros, prestação de serviços editoriais a terceiros, comercialização e distribuição de livros e periódicos, edição de revistas culturais sem caráter técnico, edição e comercialização de produtos multimídia. Para fins comerciais, a Companhia utiliza principalmente a marca "Companhia das Letras".

2. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e somente elas estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. **A Diretoria.**

Diretoria
Marcelo Antonio Silva Santucci - CPF: 222.582.378-23 - Diretor
Felipe Luiz de Oliveira
 CPF: 345.748.568-23 - CRC: 1SP298067/O-8 - Contador

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 61.723.847/0001-99 - NIRE 35300016092

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de novembro de 2023

1. Data, hora e local: em 07 de novembro de 2023, às 10h30, na sede social da Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Jamil Saud Marques; Secretário: Sr. Cristiano Fernandes da Silva. **4. Ordem do dia:** (i) reforma dos artigos 3º e 4º do Estatuto Social de forma a harmonizar com a Resolução CMN 5008 de 24 de março de 2022; (ii) reforma do artigo 13º do Estatuto Social para aumentar o número de membros da diretoria; (iii) eleger novos membros da diretoria; (iv) consolidar a composição da diretoria da Companhia; e (v) reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia para atender as mudanças propostas no itens (i) e (ii) 5. **Considerações Preliminares:** A única acionista autorizou a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76. **6. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os representantes da única acionista da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram o que segue: **6.1** Reformar os artigos 3º e 4º do Estatuto Social de forma a atender a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.008 de 24 de março de 2022 – ("Res. CMN nº 5008/22"). **6.1.2** Em virtude do supracitado, os referidos artigos passarão a vigorar a partir da presente data, com a seguinte redação: **"Art. 3º - A sociedade terá por objetivo: a) Operar em recinto ou em sistema mantido por entidades administradoras de mercados de títulos ou valores mobiliários; b) Comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pela CVM e pelo Banco Central do Brasil, nas suas respectivas áreas de competência; c) Subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; d) Encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; e) Incumbir-se da subscrição, transferência e da autenticação de endossos, desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros, dividendos e outros rendimentos de títulos e valores mobiliários; f) Intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; g) Exercer funções de agente fiduciário, de emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais; h) Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; i) Emitir certificados de depósito de ações; j) Praticar operações de conta margem; k) Realizar operações compromissadas; l) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação editada pelo Banco Central do Brasil; m) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil nas respectivas áreas de competência; n) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e o) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, quando sejam da mesma natureza e riscos das atividades mencionadas nos incisos anteriores."** **Art. 4º - É vedado à sociedade: a) Realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor; b) Cobrar de seus comitentes corretagem ou qualquer outra comissão referente a negociações com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária; c) Adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, conforme regulamentação em vigor; d) Realizar operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral nas entidades administradoras de mercado de títulos e valores mobiliários; ou e) Celebrar contratos de mútuo com pessoas físicas e pessoas jurídicas, financeiras ou não. Único. Excetuam-se do disposto no inciso e) os contratos de mútuo referentes a operações expressamente previstas nesta Resolução e na regulamentação em vigor."** **6.2** Reformar o caput do Artigo 13 do Estatuto Social de forma a aumentar o número máximo de membros da diretoria o qual passará a ser de até 13 membros. Consequentemente o referido artigo passa a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte redação: **"Art. 13 - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 02 e, no máximo, 13 membros."** **6.3** Eleger o membro abaixo qualificado, para o cargo de Diretor Executivo II, para o mandato atual em curso que se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2025. O membro abaixo qualificado, sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação aplicável. **Fernando Henrique montanari da Mota**, brasileiro, casado em regime de separação de bens, administrador, portador da cédula RG nº 35768017 – SSP - SP e inscrito no CPF nº 311.996.818-81, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **6.3.1** O diretor eleito declara para os devidos fins e efeitos legais que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por qualquer lei especial, e que não foi condenado por qualquer crime, bem como não está sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foi condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **6.3.2** A posse do Diretor ora eleito fica condicionada à homologação de seu nome pelo Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação aplicável. **6.4** Condição para a aprovação do Banco Central do Brasil da eleição mencionada, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizará no ano de 2025: **Pedro Henrique de Souza Conrade; Diretor Executivo I. Carlos Felipe Alvarez de Carvalho; Diretores Executivos II. Cristiano Fernandes da Silva; Diretores Executivos II. Fernando Henrique Montanari da Mota; Diretores Executivos II. Jamil Saud Marques; Diretores Executivos II. Juliana Noriko Yamada; Diretores Executivos II. ; Diretores Executivos II. Paula Oliveira Martinieli; Diretores Executivos II. Roberta Stella Monzani Rabelo; Diretores Executivos II. Victor Hugo Maranhão de Loyola; Diretores Executivos II. Fernanda Solon; Diretores Executivos II. Alexandre Augusto Zia Rodrigues; Diretores Executivos II. 6.5** Reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia de forma a atender as mudanças supra mencionadas, o qual integra, para efeito de arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, o Anexo I à presente ata. **7 Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Jamil Saud Marques, Presidente; e Cristiano Fernandes da Silva, Secretário. Acionista: Neon Holding Ltda. (Confere com a original lavrada em livro próprio). São Paulo, 07 de novembro de 2023. **Jamil Saud Marques**, Presidente; **Cristiano Fernandes da Silva**, Secretário. JUCESP nº 62.409/244 em 08/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I. Denominação, sede, objeto e duração. Art. 1º - Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º -** A sociedade tem sede, foro jurídico e administração na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, 2º andar, Água Branca, CEP 05001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo abrir, manter ou extinguir filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional ou fora dele, mediante deliberação de sua Diretoria. **Art. 3º -** A sociedade terá por objetivo: a) Operar em recinto ou em sistema mantido por entidades administradoras de mercados de títulos ou valores mobiliários; b) Comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pela CVM e pelo Banco Central do Brasil, nas suas respectivas áreas de competência; c) Subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; d) Encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; e) Incumbir-se da subscrição, transferência e da autenticação de endossos, desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros, dividendos e outros rendimentos de títulos e valores mobiliários; f) Intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; g) Exercer funções de agente fiduciário, de emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais; h) Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; i) Emitir certificados de depósito de ações; j) Praticar operações de conta margem; k) Realizar operações compromissadas; l) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação editada pelo Banco Central do Brasil; m) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil nas respectivas áreas de competência; n) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e o) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, quando sejam da mesma natureza e riscos das atividades mencionadas nos incisos anteriores. **Art. 4º -** É vedado à sociedade: a) Realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor; b) Cobrar de seus comitentes corretagem ou qualquer outra comissão referente a negociações com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária; c) Adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, conforme regulamentação em vigor; d) Realizar operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral nas entidades administradoras de mercado de títulos e valores mobiliários; ou e) Celebrar contratos de mútuo com pessoas físicas e pessoas jurídicas, financeiras ou não. Único. Excetuam-se do disposto no inciso V os contratos de mútuo referentes a operações expressamente previstas nesta Resolução e na regulamentação em vigor. **Art. 5º -** A sociedade durará por tempo indeterminado. **Capítulo II. Capital social e ações. Art. 6º -** O capital social é de R\$ 44.167.879,75 dividido em 119.556.170 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 103.744.329 ordinárias e 15.811.841 preferenciais. **§1º -** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral. **§2º -** As ações poderão ser representadas por cautelas, títulos e múltiplos ou certificados de ações, que serão assinados por um dos Diretores Executivos I, em conjunto com qualquer outro Diretor da Companhia. **Art. 7º -** As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam de prioridade no reembolso do capital, na hipótese de liquidação da sociedade. **Capítulo III. Assembleia geral. Art. 8º -** A Assembleia Geral será convocada, em caráter ordinário ou extraordinário, por um dos Diretores Executivos I da Companhia e a convocação e o "quórum" para instalação e deliberação obedecerão às normas deste Estatuto e da Lei de Sociedades Anônimas. Único - Acionistas possuidores de pelo menos dez por cento do capital deverão ser convocados por e-mail, carta registrada ou Sedex. **Art. 9º -** A Assembleia Geral

reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social para fins prescritos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Art. 10 -** Sempre que possível, as Assembleias Gerais serão presididas por um dos Diretores Executivos I, que convidará um dos presentes, acionistas ou não, para secretário. **Art. 11 -** Para que o acionista possa tomar parte nas Assembleias Gerais é necessário que suas ações estejam inscritas no livro competente até 3 dias antes da data marcada para a realização de reunião. **Art. 12 -** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído a menos de 1 ano, mediante depósito do instrumento público de mandato, na sede da sociedade, com antecedência de 3 dias da realização da assembleia. **Capítulo IV. Administração. Art. 13 -** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 02 e, no máximo, 13 membros. **§1º -** A investidora nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado após a homologação de seu nome pelo Banco Central do Brasil. **§2º -** Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral, conforme aplicável. **Art. 14 -** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores. **Art. 15 -** Os membros da Diretoria serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral e terão as seguintes designações: a) Diretor Executivo I; e b) Diretor Executivo II. **§1º -** Os Diretores terão prazo de mandato unificado de 03 anos, sendo permitida a reeleição. **§2º -** A remuneração da Diretoria será fixada de acordo com o limite aprovado pela Assembleia Geral. **§3º -** Ocorrendo vaga na quantidade mínima de Diretores, deverá imediatamente se reunir a Assembleia Geral para eleger o membro que preencherá a vaga, permanecendo os Diretores em seus cargos até a posse de seus substitutos, nos termos do §2º do Artigo 13 supra. **Art. 16 -** A Diretoria se reúne validamente com a presença de pelo menos 02 Diretores, sendo um deles necessariamente um dos Diretores Executivos I. **Art. 17 -** A Diretoria reunirá-se sempre que convocada por um dos Diretores Executivos I ou pela maioria de seus membros. Único - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os Diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião. **Art. 18 -** As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de 02 dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião. **Art. 19 -** Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes. **Art. 20 -** É expressamente proibido a qualquer diretor ou mesmo à Diretoria praticar atos de liberalidade à custa da sociedade, tais como avais, fianças, cauções e endossos que não tenham por objeto os negócios sociais. **Art. 21 -** A representação da Companhia e a prática de atos necessários ao seu funcionamento serão realizadas da seguinte forma: i. Por 2 Diretores em conjunto; ii. Por qualquer Diretor em conjunto com 1 procurador com poderes especiais; ou iii. Por 1 procurador com poderes especiais, observado o previsto no §1º deste Artigo. **§1º -** A Diretoria, mediante a assinatura de 2 Diretores, poderá constituir procuradores em nome da Companhia, especificando, nos respectivos instrumentos, todos os poderes que serão atribuídos aos mesmos, cujo prazo de duração não poderá ser superior a 1 ano, excluídas do limite de duração apenas as procurações ad judicium. **§2º -** Limite de Alcadas - Para celebração de quaisquer atos prevendo o pagamento de obrigações em uma única transação ou em uma série de transações correlatas, pelo período de 12 meses consecutivos ou término de referido ato, excetuando-se nos casos de renovação dos atos e/ou alteração de cláusulas de atos já firmados que não impactem no valor serão aprovadas da seguinte forma: i. Atos de até R\$ 499.999,99 - assinatura por qualquer Diretor (Executivo I ou Executivo II) e um 1 (um) Procurador; ii. Atos até R\$ 999.999,99 - assinatura de 2 Diretores Executivos II; e iii. Atos acima de R\$ 1.000.000,00: assinatura de 3 Diretores Executivos II ou 1 Diretor Executivo I e 1 Diretor Executivo II. **Capítulo V. Atribuições da diretoria estatutária. Art. 22 -** A Diretoria terá amplos poderes para administrar a companhia e para realizar todos os atos e operações relacionadas ao objeto social, observando as disposições deste Estatuto Social. **§1º -** aos Diretores Executivos I competirá a responsabilidade pela representação institucional, definição das estratégias, bem como da prestação de contas da Sociedade, sendo atribuída a responsabilidade pelo acompanhamento geral dos negócios da Sociedade, e pela operações da Sociedade perante o Banco Central do Brasil, nos termos da legislação aplicável em vigor, sendo responsáveis pelas informações prestadas; **§2º -** Além do previsto no §1º acima, as Diretorias Executivas I e II serão responsáveis pelos assuntos a seguir especificados a serem atribuídos aos diretores de acordo com as suas competências: i. responsabilidade pela preparação das demonstrações financeiras e da gestão financeira da Sociedade; ii. responsabilidade pela gestão de riscos da Sociedade; iii. responsabilidade pelas operações da Sociedade e pelas atividades administrativas; e iv. responsabilidade pela definição da política comercial, operações e relação com os clientes. **§3º -** Adicionalmente, a Diretoria será responsável, também, por: i. fixar a orientação geral dos negócios; ii. aprovar o orçamento geral, o plano de negócios e quaisquer alterações; iii. elaborar o relatório da administração a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral; iv. aprovar a aquisição, transferência ou constituição de ônus, sob qualquer forma, direta ou indiretamente, sobre seus bens e direitos; e v. quaisquer outras matérias que, nos termos da legislação aplicável ou deste Estatuto Social, não sejam de competência privativa da Assembleia Geral. **§4º -** Caberá à Diretoria definir os responsáveis pelas atividades que necessitem de indicação nominal junto ao Banco Central do Brasil. **§5º -** Os Diretores eleitos poderão acumular mais de 1 função atribuída, exceto nos casos em que a lei e/ou a regulamentação aplicável dispuserem em sentido contrário. **Capítulo VI. Conselho fiscal. Art. 23 -** O Conselho fiscal, que somente se instalará a pedido de acionistas detentores de tal direito, será composto de 05 membros efetivos e de igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, e será eleito pela Assembleia Geral de acionistas, permitindo-se a reeleição. **Art. 24 -** Os suplentes substituirão os efetivos na ordem indicada pela Assembleia Geral. **Art. 25 -** O Conselho fiscal somente funcionará nos exercícios fiscais em que for instalado, a pedido de acionistas que representem no mínimo um décimo das ações com direito a voto, ou acionistas representantes de 05% de ações sem direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. Único - O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal, ainda que a matéria não conste do anúncio de convocação, poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, que elegerá os seus membros. **Art. 26 -** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e transcritas em livro próprio. **Art. 27 -** Os membros do Conselho Fiscal, durante o prazo de seu funcionamento, farão jus a uma remuneração que será fixada pela Assembleia Geral que o constituir. **Capítulo VII. Exercício social. Art. 28 -** O ano social será de 1º de janeiro a 31 de dezembro, coincidindo com o ano civil. **Art. 29 -** No fim de cada exercício proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei, com observância das prescrições legais, e do lucro líquido verificado, serão deduzidos 5% para a constituição do Fundo de Reserva Legal, até alcançar 20% do capital social. **§1º -** O saldo ficará à disposição da Assembleia Geral, que o distribuirá com bem entender, assegurado aos acionistas o direito do recebimento de dividendos anual não inferior a 25% dos lucros líquidos, ajustados nos termos da lei e das condições estabelecidas pela deliberação da referida Assembleia que decidir a respeito. **§2º -** A administração da sociedade poderá distribuir dividendos intermediários, conforme dispõe o §1º do artigo 204, da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com base em balanço levantado para atender a exigências governamentais, e desde que entenda não prejudicar os negócios sociais. **Capítulo VIII. Disposições gerais. Art. 30 -** A sociedade entrará em liquidação nos casos especificados em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação, designar o liquidante e o Conselho Fiscal que funcionará durante essa fase. **Art. 31 -** Acordos de acionistas arquivados na sociedade, na forma do artigo 118 de Lei 6404/76, legitimam-na para sua execução específica. Único - Os acordos de acionistas somente terão validade após manifestação do Banco Central do Brasil a respeito deles. **Art. 32 -** Os eventuais casos omissos ou não previstos neste Estatuto serão regulados pela Lei de Sociedades Anônimas e pelas demais disposições que regem a matéria. **Capítulo IX. Da ouvidoria. Art. 33 -** Em consonância com a Resolução CMN nº 4.860, de 23 de outubro de 2020, emitida pelo Banco Central do Brasil, fica instituída a Ouvidoria da Companhia que será regida pelas normas e disposições emanadas pelo Banco Central do Brasil. **§1º -** A Ouvidoria terá as seguintes atribuições: I. prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Instituição; II. atuar como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e III. informar à Diretoria da Instituição a respeito das atividades de Ouvidoria. **§2º -** As atribuições da ouvidoria abrangem as seguintes atividades: I. atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; II. prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta; III. encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; IV. manter o conselho de administração ou, na sua ausência, a diretoria da instituição, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los; e V. elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria, quando existente, e ao conselho de administração ou, na sua ausência, à diretoria da instituição, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **§3º -** O atendimento prestado pela ouvidoria: I. deve ser identificado por meio de número de protocolo, o qual deve ser fornecido ao demandante; II. deve ser gravado, quando realizado por telefone, e, quando realizado por meio de documento escrito ou por meio eletrônico, arquivada a respectiva documentação; e III. pode abranger: a) excepcionalmente, as demandas não recepcionadas inicialmente pelos canais de atendimento primário; b) as demandas encaminhadas pelo Banco Central do Brasil, por órgãos públicos ou por outras entidades públicas ou privadas. **§4º -** O prazo de resposta para as demandas não pode ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação. **§5º -** O Ouvidor será designado pela Diretoria, o Ouvidor deverá atender as exigências mínimas para ocupação do cargo, que compreendem: I. sendo condição para sua nomeação aprovação em exames de certificação por entidades de reconhecida capacidade técnica; II. conhecimentos técnicos específicos relativos ao segmento do sistema financeiro, relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros e prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo; e III. possuir reputação ilibada. **§6º -** O prazo de atuação do Ouvidor será por 24 meses. **§7º -** A Diretoria poderá destituir o Ouvidor caso ele descumpra as atribuições previstas pertinentes ao cargo, a qualquer tempo. **§8º -** A Companhia assume de forma expressa o compromisso de: I. criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; II. assegurar o acesso da ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 61.723.847/0001-99 - NIRE 35300016092

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de novembro de 2023

1. Data, hora e local: em 24 de novembro de 2023, às 11h00, na sede social da Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Jamil Saud Marques; Secretário: Sr. Cristiano Fernandes da Silva. **4. Ordem do dia:** (i) eleger novo membro da diretoria; e (ii) consolidar a composição da diretoria da Companhia. **5. Considerações Preliminares:** A única acionista autorizou a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76. **6. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os representantes da única acionista da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram o que segue: **6.1.** Eleger o membro abaixo qualificado, para o cargo de Diretor Executivo II, para o mandato atual em curso, que se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025, o membro abaixo qualificado: O membro abaixo qualificado, sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação aplicável. **Fernando Carvalho Botelho de Miranda**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da cédula RG nº 26.556.468-2, inscrito no CPF nº 252.119.478-60, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **6.1.1.** O diretor eleito declara para os devidos fins e efeitos legais que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por qualquer lei especial, e que não foi condenado por qualquer crime, bem como não está sob o efeito de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargo público, nem foi condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **6.1.2.** A posse do Diretor ora eleito fica condicionada à homologação de seu nome pelo Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação aplicável. **6.1.3.** Condição à aprovação do Banco Central do Brasil da eleição mencionada, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizará no ano de 2025: Pedro Henrique de Souza Conrade; Diretor Executivo I, Carlos Felipe Alvarez de Carvalho; Diretores Executivo II, Cristiano Fernandes da Silva; Diretores Executivo II, Jamil Saud Marques; Diretores Executivo II, Juliana Noriko Yamada; Diretores Executivo II, Paula Oliveira Martinelli; Diretores Executivo II, Roberta Stella Monzani Rabelo; Diretores Executivo II, Victor Hugo Maranhão De Loyola; Diretores Executivo II, Fernanda Solon; Diretores Executivo II, Alexandre Augusto Zaia Rodrigues; Diretores Executivo II, Fernando Henrique Montanari da Mota; Diretores Executivo II, Fernando Carvalho Botelho de Miranda; Diretores Executivo II, 7. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Jamil Saud Marques, Presidente; e Cristiano Fernandes da Silva, Secretário. Acionista: Neon Holding Ltda. (Confere com a original lavrada em livro próprio). **Jamil Saud Marques**, Presidente; **Cristiano Fernandes da Silva**, Secretário. JUCESP nº 91.398/24-1 em 05/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento

CNPJ/ME nº 20.855.875/0001-82 - NIRE 35.300.476.581

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de novembro de 2023

1. Data, hora e local: em 07 de novembro de 2023, às 10h00, na sede social da Neon Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia"), localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Jamil Saud Marques; Secretária: Sra. Cristiano Fernandes da Silva. **4. Ordem do dia:** (i) eleger novos membros da diretoria; e (ii) consolidar a composição da diretoria da Companhia. **5. Considerações Preliminares:** A única acionista autorizou a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76. **6. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os representantes da única acionista da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram o que segue: **6.1.** Eleger para o cargo de Diretor Executivo II, para o mandato atual em curso que se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizado no ano de 2025, o membro abaixo qualificado, sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação aplicável. **Fernando Henrique Montanari da Mota**, brasileiro, casado em regime de separação de bens, administrador, portador da cédula RG nº 35768017 - SSP-SP e inscrito no CPF nº 311.996.818-81, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **6.1.1.** O diretor eleito declara para os devidos fins e efeitos legais que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por qualquer lei especial, e que não foi condenado por qualquer crime, bem como não está sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foi condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **6.1.2.** Condição à aprovação do Banco Central do Brasil da eleição mencionada, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizará no ano de 2025: Pedro Henrique de Souza Conrade, Diretor Executivo I; Carlos Felipe Alvarez de Carvalho; Diretores Executivos II, Cristiano Fernandes da Silva; Diretores Executivos II, Fernando Carvalho Botelho de Miranda; Diretores Executivos II, Fernando Henrique Montanari da Mota; Diretores Executivos II, Jamil Saud Marques; Diretores Executivos II, Juliana Noriko Yamada; Diretores Executivos II, Paula Oliveira Martinelli; Diretores Executivos II, Roberta Stella Monzani Rabelo; Diretores Executivos II, Victor Hugo Maranhão de Loyola; Diretores Executivos II, Fernanda Solon; Diretores Executivos II, Alexandre Augusto Zaia Rodrigues; Diretores Executivos II, 7. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Jamil Saud Marques, Presidente; e Cristiano Fernandes da Silva, Secretário. Acionista: Neon Payments, Ltd. São Paulo, 07 de novembro de 2023. **Jamil Saud Marques**, Presidente; **Cristiano Fernandes da Silva**, Secretário. JUCESP nº 25.289/24-0 em 17/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Althia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/ME nº 48.344.725/0007-19 - NIRE 35.300.525.892

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2024

Data, Hora e Local: 22 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Althia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia"), na Avenida Têgula, nº 888, Módulos 1, 15, 16, 17 e 21 Ponte Alta, cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, CEP 12952-820. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sr. Jairo Aparecido Yamamoto e secretariados pela Sra. Carolina Sommer Mazon. **Publicações e Divulgações:** De acordo com o artigo 133, da Lei das S.A., o Relatório da Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados no jornal "Data Mercantil", no dia 21 de março de 2024, nas páginas de 07 a 11. Os documentos indicados acima e os demais documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para a assembleia geral, foram também colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia, com até 01 (um) mês da presente data, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Ordem do Dia:** (i) Apreciação, discussão e votação do Relatório da Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Aprovação da destinação do lucro líquido do exercício de 2023, conforme Proposta da Administração, a ser alocado à reserva para incentivos fiscais e reserva de lucros, e ainda, a ratificação da distribuição de dividendos, já deliberado pelo Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária; (iii) Fixação do montante anual global da remuneração dos administradores, para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; **Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a totalidade dos acionistas deliberaram o quanto segue: (i) Foram aprovados, por unanimidade e sem reservas, o Relatório da Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, ratificando assim, os atos praticados pelos Administradores. (ii) Foi aprovado, por unanimidade e sem reservas, a destinação do lucro líquido do exercício de 2023, conforme Proposta da Administração, no montante de R\$ 112.678.045,00 (cento e doze milhões, seiscentos e setenta e oito mil e quarenta e cinco reais) da seguinte forma: (i) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a serem alocados à reserva legal; (ii) R\$ 43.311.000,00 (quarenta e três milhões, trezentos e onze mil reais), a serem alocados à reserva para incentivos fiscais; (iii) R\$ 16.867.045,00 (dezesseis milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, quarenta e cinco reais), a serem direcionados à reserva de lucros; (iv) R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), que correspondeu ao Aumento do Capital Social, aprovado por este Conselho de Administração, em reunião realizada em 20 de dezembro de 2023, às 09h00 e ata registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 487.153/23-6, em sessão realizada em 27 de dezembro de 2023, o qual passou de R\$ 11.714.082,72 (onze milhões, setecentos e catorze mil, oitenta e dois reais e setenta e dois centavos), totalmente subscrito e integralizado, para R\$ 36.714.082,72 (trinta e seis milhões, setecentos e catorze mil, oitenta e dois reais e setenta e dois centavos) e sem emissão de ações; e (v) R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais) a título de dividendos, sendo R\$ 0,11 (onze centavos) por ação ordinária. (iii) Aprovar a fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês de assessoramento da Companhia para o exercício social a ser encerrar em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), sendo que a remuneração individual de cada administrador será fixada pelo Conselho de Administração da Companhia. **Encerramento Dos Trabalhos e Lavratura de Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e ninguém se manifestando, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, conferida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Sr. Jairo Aparecido Yamamoto, Presidente; e Sra. Carolina Sommer Mazon, Secretária. **Acionistas Presentes:** Jairo Aparecido Yamamoto (Presidente); Carolina Sommer Mazon (Secretária); Acionistas: Firstbrand Assessoria e Consultoria em Marketing Ltda., Jairo Aparecido Yamamoto, Márcia Regina Yamamoto, Carolina Sommer Mazon, Maira Vendramini Medeiros, Rachel Giachini Sampaio Ferreira, Ricardo Vinicius Ferrari, Marcos Henrique Chepuck Miazzo, Ana Laís Nascimento Vieira, Carlos Eduardo Rodrigues Silva, Denise Machado de Campos Ruggiero, Fernanda Furtado Gambim, Igor Juarez Cabral, Jonathan Antonio Carvalho, Juliana Pinto Morales, Michele Carusi, Olga Maria Costa Santos, Renata Coli Viotto, Verena Maria Torres, Carlos José Giusti, Fábio Luis de Oliveira, José Ferreira Vida, Marcella Belotti, Marina Quesiti Accattini, Priscila Maiochi da Cruz e Valdecir Aparecido da Silva. *Certifico que a presente ata é cópia fiel da original.* Atibaia, 22 de abril de 2024. **Jairo Aparecido Yamamoto** - Presidente; **Carolina Sommer Mazon** - Secretária

Servgás Distribuidora de Gás S/A

CNPJ (MF) 55.332.811/0001-81

Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia **09 de Maio de 2024, Quinta-Feira, às 10:00 horas**, no Hotel Ibis São Paulo Expo, com endereço na Rua Eduardo Viana, 163 - Barra Funda - São Paulo/SP - Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos na sede administrativa, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2023. II - Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023. III - Outros assuntos. Guarulhos/SP, 08 de Abril de 2024. **Demetrio Augusto Zacharias** - Diretor Presidente. (19, 20 e 23/04/2024)

Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 - NIRE nº 35.300.386.817

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 30 de abril de 2024, às 9:30 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 19 de abril de 2024. **Angela Martins Guido Rios** - Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 23/04/2024)

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 - NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 10:00, do dia 30 de abril de 2024, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://tinyurl.com/TAMAE-AGE>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b. Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; c. Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 19 de abril de 2024. **Leonardo Rosendo Fiuzza** - Diretor. (19, 20 e 23/04/2024)

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 - NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 11:00, do dia 30 de abril de 2024, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://tinyurl.com/TAMAE-AGE>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a. Deliberar sobre a abertura de uma nova filial da sociedade no seguinte endereço: Rodovia Hélio Smidt, s/nº, TFS 2 - Check-in D - Piso Superior, Sala 14 - Cumbica - Guarulhos-SP, CEP: 07190-100. São Paulo, 19 de abril de 2024. **Leonardo Rosendo Fiuzza** - Diretor. (19, 20 e 23/04/2024)

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

CNPJ n.º 62.550.256/0001-20 (Companhia)

Edital de Convocação - AGOE - 24/05/2024

Ficam convocados os acionistas da Companhia para participar da AGOE a se realizar presencialmente na sede da empresa, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na avenida Paulista, n.º 867, 6.º andar, conjunto 61, sala 2, bairro Bela Vista, CEP 01.311-100, no dia 24/05/2024, às 09h10. **Ordem do Dia:** em sede de AGOE: (i) examinar e discutir as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; e (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social, caso haja lucro a ser distribuído; em sede de AGE: (i) aumento do capital social da Companhia. **Documentação necessária para participação:** documento de identificação do acionista ou seu representante legal. Caso o acionista seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do estatuto social com antecedência mínima de 24 horas para o e-mail: societario@hapvida.com.br. **Documentos disponibilizados:** a documentação relacionada às matérias da ordem do dia estará disponível no link: <https://encurtador.com.br/pvCFT>. São Paulo/SP, 20/04/2024. Diretor presidente - Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima. (20, 23 e 24/04/2024)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Votorantim S.A.

CNPJ/MF nº 03.407.049/0001-51 – NIRE 35.300.313.216

Ata de Reunião Ordinária dos Membros do Conselho de Administração realizada em 05 de março de 2024

1. Data, Hora e Local: 05 de março de 2024, às 11h00, na sede social situada na Rua Amauri, nº 255, 13º andar, cj. "A", capital do Estado de São Paulo. **2. Presença:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa Dirigente:** Eduardo Mazzilli de Vassimon, Presidente; Sergio Thiago da Gama Giestas, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a reeleição/eleição dos membros da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** a) Os membros do Conselho de Administração da Companhia decidem, por unanimidade, em conformidade com o artigo 17, do Estatuto Social, reeleger os Srs.: **João Henrique Batista de Souza Schmidt**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.266.530-0-SSP/PR e do CPF/ME nº 005.032.489-67; **Luiz Aparecido Caruso Neto**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.682.626-2-SSP/SP e do CPF/ME nº 022.667.778-82; **Sergio Augusto Malacrida Júnior**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.346.284-9 SSP/SP e do CPF/ME nº 166.532.868-19; a Sra. **Glaissy Peres Domingues**, brasileira, solteira, contadora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 107109860-IFP/RJ e do CPF/ME nº 072.823.557-97; **Mateus Gomes Ferreira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.054.264-X SSP/SP e do CPF/ME nº 291.959.388-93; **Mauro Ribeiro Neto**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº MG12798455-SSP/MG e do CPF/ME nº 096.002.066-78 e eleger o Sr. **Osmar Castellani Júnior**, brasileiro, casado, bacharel em relações internacionais, portador da Cédula de Identidade RG nº 42609104 SSP/SP e do CPF/ME nº 322.710.978-60, todos com endereço comercial na Capital do Estado de São Paulo na Rua Amauri, nº 255, 13º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, para comporem a Diretoria da Companhia, com mandato até 28.04.2025. c) Os Membros do Conselho de Administração decidem, ainda, que a Diretoria, além das atribuições que lhe são próprias previstas no Estatuto Social, ficará encarregada de exercer a função específica e principal de gestão do portfólio de investimentos da Companhia, com a finalidade de dar suporte a este Conselho de Administração, sendo atribuída ao Sr. João Henrique Batista de Souza Schmidt a função especial de presidir a gestão desse portfólio. d) Os Diretores, ora reeleitos e eleito firmam, na presente data, os respectivos termos de posse em livro próprio, e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. **6. Observações Finais:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Secretário e demais Conselheiros presentes. **Eduardo Mazzilli de Vassimon**, Presidente, e **Sergio Thiago da Gama Giestas**, Secretário. (a.a.) **Eduardo Mazzilli de Vassimon**, Presidente do Conselho de Administração; **José Roberto Ermirio de Moraes**, Vice-Presidente do Conselho de Administração; **Claudio Ermirio de Moraes**, **André Ermirio de Moraes Macedo**, **Oscar de Paula Bernardes Neto**, **Marcos Marinho Lutz** e **Antonio Carlos Quintella**, Conselheiros. A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 05 de março de 2024. **Sergio Thiago da Gama Giestas** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 143.136/24-0 em 10/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 01 de maio de 2024
A Diretoria da **Athena Healthcare Holding S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 01 de maio, às 15h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência **Google Meet**, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI/81"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a homologação do aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 65.000.000 (sessenta e cinco milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do art. 170, § 1º, da Lei das S.A., e nos termos e condições aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 08 de março de 2024, às 15h00; (ii) a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o quanto deliberado no item (i) acima; (iii) a renúncia de membro da Diretoria da Companhia; (iv) a eleição de membros para compor a Diretoria da Companhia; (v) a consignação da atual composição da Diretoria da Companhia; e (vi) a autorização para administração da Companhia praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nos itens (i) a (vi) acima. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – r@athenasaud.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, conteúdo e reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 23 de abril de 2024. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente. (23, 24 e 25/04/2024)

TB Urbem S.A.

CNPJ/MF nº 41.757.463/0001-80 – NIRE 35.300.567.587

Certidão da Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 26 de março de 2024, às 11:00 horas, na sede social situada na Praça Whitaker Penteado, nº 183, 1º andar, Vila Guarani, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04307-050. **Edital de Convocação com Aviso aos Acionistas:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Quórum de Instalação:** presentes os acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos:** Nesterson da Silva Gomes, presidente da assembleia e Lidia Leila da Silva, secretária. **Ordem do Dia:** alteração de endereço da sede da Companhia. **Deliberação:** aprovado por unanimidade, pelos acionistas presentes, a alteração de endereço da sede da companhia situada no município de São Paulo-SP, passando da Praça Whitaker Penteado, nº 183, 1º andar, Vila Guarani, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04307-050, para Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1912, conj. 15L, sala 2, bairro Jardim Paulistano, Município de São Paulo, CEP: 01451-907. **Observações Finais:** **1) Quórum da deliberação:** aprovado por unanimidade de votos dos acionistas presentes; **2) Arquivamento:** ficam arquivados na sede da sociedade os documentos correspondentes; **3) Encerramento:** esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Acionistas presentes:** a totalidade de acionistas da Companhia conforme assinaturas lançadas no livro de Registro de Presença de Acionistas. Na qualidade de Secretária da Assembleia declaro que a presente certidão é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Nesterson da Silva Gomes – Presidente da Assembleia; Lidia Leila da Silva – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 151.851/24-4 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

TB Facilities S.A.

CNPJ/MF nº 36.275.365/0001-76 – NIRE 35.300.548.949

Certidão da Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 26 de março de 2024, às 11:00 horas, na sede social situada na Justino Paixão, nº 645, bairro Jardim São Caetano, Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, CEP: 09580-780. **Edital de Convocação com Aviso aos Acionistas:** dispensada a convocação pela imprensa, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Quórum de Instalação:** presentes os acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos:** Nesterson da Silva Gomes, presidente da assembleia e Lidia Leila da Silva, secretária. **Ordem do Dia:** alteração de endereço da sede da Companhia. **Deliberação:** aprovado por unanimidade, pelos acionistas presentes, a alteração de endereço da sede da companhia situada no município de São Caetano do Sul-SP, passando da Rua Justino Paixão, nº 645, bairro Jardim São Caetano, CEP: 09580-780 para Rua São Jorge, nº 350, sala 1, bairro Santo Antônio, Município de São Caetano do Sul-SP, CEP: 09530-250. **Observações Finais:** **1) Quórum da deliberação:** aprovado por unanimidade de votos dos acionistas presentes; **2) Arquivamento:** ficam arquivados na sede da sociedade os documentos correspondentes; **3) Encerramento:** esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Acionistas presentes:** a totalidade de acionistas da Companhia conforme assinaturas lançadas em livro Registro de Presença de Acionista. Na qualidade de Secretária da Assembleia declaro que a presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Nesterson da Silva Gomes – Presidente da Assembleia; Lidia Leila da Silva – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 152.254/24-9 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

MR Securitizadora S.A.

CNPJ nº 10.757.947/0001-03 - NIRE 353.003.662-12

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	2023	2022			
Ativo	43.977.377,55	42.017.041,79	Receita operacional bruta	10.373.322,18	9.760.971,04
Ativo circulante	43.156.155,11	41.023.576,01	Receita operacionais	10.373.322,18	9.760.971,04
Caixa e equivalentes de caixa	1.080.839,24	2.771.955,50	Receitas de deságio	10.373.322,18	9.760.971,04
Caixa	2.484,71	9.829,17	Deduções da receita bruta	482.638,93	963.068,71
Bancos	122.588,27	266.198,02	Deduções das receitas	-	902.889,83
Aplicações financeiras	955.766,26	2.495.928,31	Deduções das receitas	482.638,93	60.178,88
Créditos a curto prazo	42.075.315,87	38.251.620,51	Deduções das receitas financeiras	482.638,93	60.178,88
Direitos creditórios	42.031.553,16	38.207.430,62	Receita líquida	9.890.683,25	8.797.902,33
Tributos a recuperar	43.762,71	44.189,89	Lucro bruto	9.890.683,25	8.797.902,33
Ativo não circulante	821.222,44	993.465,78	Despesas operacionais	9.778.179,45	9.952.921,54
Investimentos	250.000,00	250.000,00	Despesas operacionais	9.778.179,45	9.952.921,54
Investimentos	250.000,00	250.000,00	Despesas administrativas	4.183.723,08	4.526.318,59
Imobilizado	562.948,16	735.191,50	Despesas financeiras	5.594.456,37	5.426.602,95
Bens	1.338.616,22	1.592.048,03	Resultado antes das operações	112.503,80	-1.155.019,21
Depreciação acumulada	(775.668,06)	(856.856,53)	Receitas financeiras	5.476,21	1.294.169,72
Intangível	8.274,28	8.274,28	Receitas financeiras	5.476,21	1.294.169,72
Marcas e patentes	8.274,28	8.274,28	Result. antes das provisões tribut.	117.980,01	139.150,11
Total do ativo	43.977.377,55	42.017.041,79	Provisões tributárias (CSLL/IRPJ)	90.298,34	33.396,13
			Provisão IRPJ e CSLL	90.298,34	33.396,13
			Provisão IRPJ e CSLL	90.298,34	33.396,13
			Lucro/prejuízo líquido do exercício	27.681,67	105.754,38
			7. Bens disponíveis para comercialização:	2023	2022
			Imóveis	250	250
			Total	250	250
			8. Imobilizado:	2023	2022
			Veículos	837	881
			Móveis e utensílios	163	214
			Equipamentos proc. de dados	337	497
			Totais	1.337	1.592
			(-) Depreciação Acumulada	(775)	(856)
			9. Empréstimos e financiamentos:	2023	2022
			Banco Itaú	3.800	3.800
			Banco Bradesco	3.180	3.000
			Banco Bradesco	1.998	0
			Total	5.801	6.800
			10. Debêntures: Em 31 de dezembro de 2023, o saldo aplicado é de R\$ 26.634.733,05 representados por 26.634 debêntures. 11. Legislação societária brasileira: A Lei nº 11.638/07, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, com vigência a partir de janeiro de 2008 e alterada pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/2009. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. A administração entende que não há nas demonstrações contábeis, ajustes a serem feitos referentes ao valor presente das operações ativas e passivas de longo prazo ou relevantes de curto prazo. 12. Capital social: O Capital Social da companhia é de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), representado por 7.000.000 (sete milhões) de ações ordinárias com direito a voto de forma nominativa e com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.		
			Mario Marques Rodrigues Junior - Diretor		
			Carlos Rivadavia Ferreira Diniz – Contador - CRC nº 039.239/0-3		

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Companhia Brasileira de Cartuchos									
CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083									
Demonstrações Financeiras dos exercícios findos e 31/12/2023 e 2022									
Balancos Patrimoniais		Demonstrações dos Resultados dos Exercícios				Demonstrações dos resultados abrangentes			
		2023		2022		2023		2022	
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	318.229	430.783							
Aplicações financeiras	47.953	49.028							
Contas a receber de clientes	374.735	332.447							
Empréstimos a receber	48.847	7.523							
Estoques	555.106	514.943							
Instrumentos financeiros derivativos	738	10.198							
Tributos a recuperar	43.541	23.929							
Pagamentos antecipados	9.391	4.750							
Outras contas a receber	230.389	224.222							
Total do ativo circulante	1.628.929	1.597.823							
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Tributos a recuperar	15.031	18.749							
Outras contas a receber	142.892	141.384							
Investimentos	499.651	386.200							
Imobilizado	949.986	788.599							
Intangível	3.989	5.417							
Total do ativo não circulante	1.611.549	1.340.349							
Total do ativo	3.240.478	2.938.172							
Passivo									
Circulante									
Fornecedores	270.581	254.233							
Fornecedores (Carta de crédito importação)	75.438	101.356							
Empréstimos e financiamentos	456.490	250.851							
Instrumentos financeiros derivativos	1.090	12.036							
Salários e encargos sociais a recolher	34.791	34.518							
Adiantamentos de clientes	78.135	271.899							
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17.166	10.009							
Tributos a recolher	8.874	22.027							
Parcelamento de tributos	—	1.573							
Dividendos a pagar	783.701	618.611							
Comissões a pagar	19.910	23.870							
Outras contas a pagar	12.878	6.934							
Total do passivo circulante	1.759.054	1.607.917							
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	183.837	236.335							
Provisão para contingências	22.833	18.562							
Passivo fiscal diferido	49.248	51.628							
Total do passivo não circulante	255.918	306.525							
Patrimônio líquido									
Capital social	210.396	210.396							
Capital a integralizar	(14.408)	(14.408)							
Reserva de capital	195	195							
Reservas de lucros	1.008.599	802.365							
Ajustes de avaliação patrimonial	20.724	25.182							
Total do patrimônio líquido	1.225.506	1.023.730							
Total do passivo e patrimônio líquido	3.240.478	2.938.172							
Receita operacional líquida									
Custo dos produtos vendidos	2.045.972	1.947.959							
Lucro bruto	641.201	567.367							
Despesas com vendas	(135.965)	(137.376)							
Despesas gerais e administrativas	(72.246)	(82.446)							
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(18.222)	(14.072)							
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(2.706)	(24.322)							
Resultado financeiro líquido	411.281	309.134							
Participação no lucro da empresa investida por equivalência patrimonial	149.076	284.053							
Resultado antes dos impostos	478.442	530.346							
Imposto de renda e contribuição social correntes	(113.956)	(69.701)							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.380	(7.072)							
Lucro líquido do exercício	366.866	453.573							
Fluxos de caixa									
Fluxos de caixa das atividades operacionais:									
Lucro líquido do exercício	366.866	453.573							
Ajustes para:									
Depreciações e amortizações	58.528	51.722							
Resultado com equivalência patrimonial	(149.076)	(284.053)							
Provisão para ajuste ao valor recuperável de contas a receber	781	18							
Provisão para perdas em estoque	(178)	208							
Provisão de juros sobre empréstimos a pagar—terceiros	38.707	20.334							
Receita de juros sobre empréstimos—partes relacionadas	(8.017)	(1.221)							
Remensuração dos instrumentos financeiros derivativos	6.039	23.493							
Provisão para contingências	7.874	13.978							
Variação cambial sobre empréstimos	(18.549)	(12.232)							
Variação cambial não realizada sobre ativos e passivos	7.026	3.436							
Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	230	445							
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.380)	7.072							
Imposto de renda e contribuição social corrente	113.956	69.701							
(Aumento) redução em ativos	(48.764)	5.469							
Contas a receber de clientes	(39.985)	74.467							
Estoques	(18.714)	(22.009)							
Tributos a recuperar	(4.641)	2.158							
Pagamentos antecipados									
Total do fluxo de caixa das atividades operacionais	318.092	358.842							
Fluxos de caixa das atividades de investimento:									
Aplicações financeiras	(47.953)	(49.028)							
Mútuo concedido de partes relacionadas	(187.101)	—							
Mútuo recebido de partes relacionadas	144.274	—							
Aumento de capital em investida (joint venture)	(2.004)	(1.670)							
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(223.471)	(194.032)							
Aquisições de intangível	(302)	(1.669)							
Fluxo de caixa utilizados nas atividades de investimento	(267.529)	(213.892)							
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:									
Captações de empréstimos—terceiros	423.369	335.343							
Pagamentos de empréstimos—terceiros	(258.268)	(232.483)							
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	165.101	102.860							
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(3.505)	(4.639)							
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(112.554)	30.235							
Caixa e equivalentes de caixa:									
No início do exercício	430.783	395.909							
No fim do exercício	318.229	426.144							
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(112.554)	30.235							
Divulgação adicional de transações não caixa									
Compensações fiscais	(6.363)	(5.635)							
Crédito de impostos sobre imobilizado	3.543	2.617							
Total do fluxo de caixa das atividades de financiamento	(9.384)	(3.043)							
Total do fluxo de caixa	308.708	355.799							
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido									
Atribuível as acionistas controladores									
Reservas de lucro									
	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Lucros Acumulados	Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	210.396	(14.408)	195	39.197	509.245	—	548.442	29.640	774.265
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	—	—	—	—	—	4.458	4.458	(4.458)	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	453.573	453.573	—	453.573
Destinações:									
Dividendos obrigatórios preferenciais classe B	—	—	—	—	—	(113.393)	(113.393)	—	(113.393)
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	(90.715)	(90.715)	—	(90.715)
Retenção de lucros	—	—	—	—	253.923	(253.923)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022	210.396	(14.408)	195	39.197	763.168	—	802.365	25.182	1.023.730
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	—	—	—	—	—	4.458	4.458	(4.458)	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	366.866	366.866	—	366.866
Destinações:									
Dividendos obrigatórios preferenciais classe B	—	—	—	—	—	(73.373)	(73.373)	—	(73.373)
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	(91.717)	(91.717)	—	(91.717)
Retenção de lucros	—	—	—	—	206.234	(206.234)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	210.396	(14.408)	195	39.197	969.402	—	1.008.599	20.724	1.225.506
Contexto Operacional									
A Companhia Brasileira de Cartuchos (doravante denominada "CBC" ou "Companhia"), localizada na cidade de Ribeirão Pires/SP, tem como objeto social preponderante a fabricação e o comércio de cartuchos de munições de calibres pequenos e médios, propelentes, armas, coletes à prova de bala, bem como artigos e acessórios afins, atuando nos mercados nacional e internacional.			Adelar Garcia Diretor de Unidade Fabio Luiz Munhoz Mazzaro Diretor Presidente Fernando Salm Vice-Presidente de Marketing e Vendas Internacionais				Marcos Manoel Lopes Junior Vice-Presidente de Operações Paulo Ricardo Nascimento Gomes Diretor Comercial Sandro Moraes Nogueira Diretor Administrativo e Financeiro Eduardo Vodianitskaia Gerente de Contabilidade – CRC 1SP 199.394/O-3		

180 Seguros S.A.
 CNPJ/ME nº 39.999.619/0001-97 - NIRE nº 35.300.608.780
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no Dia 28 de Março de 2024
Data, Hora e Local: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 09:00 horas, realizada de forma digital, nos termos da lei e das regulações vigentes. **Quórum:** (a) a Acionista detentora da totalidade do capital social da companhia, conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas e na presente Ata; (b) os seguintes administradores da Companhia: Mauro Levi D'Ancona, Franco Lamping, Renata Struckas e Renan Magri. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, em razão da totalidade dos acionistas da Companhia. **MESA:** Presidente: Mauro Levi D'Ancona; e Secretário: Renan Magri. **Publicações e Documentos:** (i) Demonstrações Financeiras; (ii) Relatório da Administração; e (iii) Parecer dos Auditores Independentes Contábeis e Atuariais. Todos estes documentos foram publicados no dia 28 de fevereiro de 2024 no jornal Diário Comercial de São Paulo. **Ordem do Dia:** (I) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; (II) Fixar a remuneração global dos diretores; (III) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (IV) Deliberar sobre outros assuntos de interesse da Companhia. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, a Acionista delibera por: i) aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; ii) fixar a remuneração global dos diretores no valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) até a AGO de 2025. iii) aprovar, por unanimidade e sem qualquer ressalva, a seguinte destinação do resultado encerrado em 31 de dezembro de 2023: a) Constituição de reserva de capital no valor de R\$ 810.499,19 (oitocentos e dez mil, quatrocentos e noventa e nove reais e dezenove centavos) para pagamento baseado em ações/opções; e b) Utilização da reserva estatutária para absorção dos prejuízos no valor de R\$ 401.118,17 (quatrocentos e um mil, cento e deztoito reais e dezessete centavos). iv) a título de outros assuntos de interesse da sociedade, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, a Acionista delibera pela alteração do jornal de grande circulação para o jornal Data Mercantil de São Paulo. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede social os documentos submetidos à apreciação desta Assembleia Geral Ordinária e mencionados nesta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, que lida e aprovada é assinada por todos os presentes. São Paulo, 28 de março de 2024. **Mesa:** Mauro Levi D'Ancona Renan Magri - Presidente Secretário; **Acionista Presente:** 180 Seguros Empreendimentos e Participações Ltda - (representada por Mauro Levi D'Ancona). Jucesp nº 143.688/24-8 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.
 CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.1019
Edital de Convocação-Assembleia Geral Ordinária
 Ficam convocados os senhores acionistas de Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. ("Companhia") às 10:00 horas do dia 25 de abril de 2024, na sede social da ABBOTT DIAGNÓSTICOS RÁPIDOS S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, Pinheiros,

Geração Bioeletricidade Santa Candida I Ltda.

CNPJ/MF nº 12.990.881/0001-14 – NIRE 35.231.479.106
Instrumento Particular de Transformação do Tipo Societário da Sociedade Limitada denominada Geração Bioeletricidade Santa Candida I Ltda. para Sociedade Anônima

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, a saber: (a) **Geração Bioeletricidade Holding S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028 (referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89, NIRE 3330032335-0, neste ato representada por seus Diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 861.403.379-68 e Fernando Mano da Silva, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 50759188, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 690.436.121-20, ambos residentes e domiciliados na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028 (referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; e (b) **Tangará Energia S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028 (referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.573.381/0001-96, neste ato representada por seus Diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 861.403.379-68 e Flavio Martins Ribeiro, brasileiro, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 7696206, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.898.606-00, ambos residentes e domiciliados na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028 (referência: entrada pela Av. Antônio Gallotti), na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. Na qualidade de sócias da sociedade empresária limitada denominada Geração Bioeletricidade Santa Candida I Ltda., com sede no Estado de São Paulo, Cidade de Bocaina, na Fazenda Santa Candida s/n, CEP 17240-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.990.881/0001-14 ("Sociedade"), com seu Contrato Social devidamente registrado na JUCESP sob o NIRE 3523147910-6, decidem na melhor forma de direito, nos termos do § 3º do art. 1072 do Código Civil, e na melhor forma de direito: **1. Ratificações:** Neste ato, as sócias decidem ratificar todas as alterações do capital social da Sociedade, conforme segue: **1.1. Ratificar Redução de Capital Social, aprovada em 21 de dezembro de 2021:** As sócias ratificam a redução do capital social da Sociedade no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil Brasileiro, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, com o consequente cancelamento de 3.000.000 (três milhões) de quotas de emissão da Sociedade. Em virtude da deliberação acima, o capital social da Sociedade foi reduzido de R\$ 43.227.273,00 (quarenta e três milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três reais) para R\$ 40.227.273,00 (quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três reais); e o número de quotas foi reduzido de 43.227.273 (quarenta e três milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três) quotas para 40.227.273 (quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três) quotas. O valor da redução de capital da Sociedade foi distribuído, em dinheiro, aos sócios quotistas, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Quotistas	Qtde. de Quotas	%	Lucros (em R\$)
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	40.227.272	99,9999975	2.999.999,92
Tangará Energia S.A.	1	0,0000025	0,08
Total	40.227.273	100	3.000.000,00

Registrar que a sócia **Tangará Energia S.A.** manifestou sua renúncia à parcela que lhe cabe em favor da sócia Geração Bioeletricidade Holding S.A. Em razão da redução do capital social, a cláusula 5ª do contrato social da Sociedade passou a vigorar com a seguinte redação: **"Cláusula 5ª** – O capital social, totalmente integralizado e expresso em moeda corrente nacional, é de R\$ 40.227.273,00 (quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três reais), dividido em 40.227.273 (quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios: **i. Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89) possui 40.227.272 (quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e duas) quotas, no valor total de R\$ 40.227.272,00 (quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e dois reais); e **ii. Tangará Energia S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 03.573.381/0001-96) possui 1 (uma) quota, no valor total de R\$ 1,00 (um real)." **1.2. Ratificar o Aumento de Capital Social, aprovado em 04 de abril de 2022:** As sócias ratificam o aumento do capital social da Sociedade no montante de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), passando, portanto, de R\$ 40.227.273,00 (quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três reais) para R\$ 40.407.273,00 (quarenta milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e setenta e três reais) mediante a emissão de 180.000 (cento e oitenta mil) novas quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. A quotista **Geração Bioeletricidade Holding S.A.** subscreveu e integralizou a totalidade do aumento de capital, mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital. A quotista **Tangará Energia S.A.** renunciou ao seu direito de preferência para participar do aumento aprovado. A redação da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, passou a vigorar conforme redação abaixo: **"Cláusula 5ª** – O capital social, totalmente integralizado e expresso em moeda corrente nacional, é de R\$ 40.407.273,00 (quarenta milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e setenta e três reais), dividido em 40.407.273 (quarenta milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e setenta e três) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios: **i. Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89) possui 40.407.272 (quarenta milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e setenta e duas) quotas, no valor total de R\$ 40.407.272,00 (quarenta milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e setenta e dois reais); e **ii. Tangará Energia S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 03.573.381/0001-96) possui 1 (uma) quota, no valor total de R\$ 1,00 (um real)." **1.3. Ratificar a Redução de Capital Social, aprovada em 05 de abril de 2022:** As sócias ratificam a redução do capital social da Sociedade no valor de R\$ 28.238.471,00 (vinte e oito milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e setenta e um reais) nos termos do artigo 1.082, do Código Civil Brasileiro, com o cancelamento de 28.238.471 (vinte e oito milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e setenta e uma) quotas de emissão da Sociedade. Ainda, as sócias consignam que do valor total de redução de capital: **I. R\$ 19.138.470,77** (dezenove milhões, cento e trinta e oito mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos), serão destinados para absorção dos prejuízos, no montante supracitado, registrados no balanço da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **II. R\$ 9.100.000,23** (nove milhões, cem mil reais e vinte e três centavos) serão destinados ao pagamento dos quotistas, por jugá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Sociedade. Em virtude das deliberações anteriores, o capital social da Sociedade será reduzido de R\$ 40.407.273,00 (quarenta milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e setenta e três reais) para R\$ 12.168.802,00 (doze milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e dois reais); e o número de quotas será reduzido de 40.407.273 (quarenta milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e setenta e três) quotas para 12.168.802 (doze milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e dois) quotas. O valor da redução de capital da Sociedade foi distribuído, em dinheiro, aos sócios quotistas, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Quotistas	Qtde. de Quotas	%	Lucros (em R\$)
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	40.407.272	99,9999975	9.100.000,00
Tangará Energia S.A.	1	0,0000025	0,23
Total	40.407.273	100	9.100.000,23

A redação da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, passou a vigorar conforme redação abaixo: **"Cláusula 5ª** – O capital social, totalmente integralizado e expresso em moeda corrente nacional, é de R\$ 12.168.802,00 (doze milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e dois reais); dividido em 12.168.802 (doze milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e dois) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios: **i. Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89) possui 12.168.801 (doze milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentas e uma) quotas, no valor total de R\$ 12.168.801,00 (doze milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentas e uma) quotas, no valor total de R\$ 1,00 (um real)." **2. Aumento do Capital Social. 2.1.** Após as ratificações aprovadas acima, estando o capital social da Sociedade totalmente integralizado em moeda corrente nacional, decidem as quotistas da Sociedade, por unanimidade e sem ressalvas, neste ato decidem aumentar o capital social da Sociedade no montante de R\$ 14.445.818,00 (quatorze milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e dezoito reais), passando, portanto, de R\$ 12.168.802,00 (doze milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e dois reais) para R\$ 26.614.619,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezoito reais) mediante a emissão de 14.445.818 (quatorze milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e dezoito) novas quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **2.2.** Registrar que a quotista **Geração Bioeletricidade Holding S.A.** neste ato subscreve e integraliza a totalidade do aumento de capital ora aprovado mediante: (a) a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital no valor total de R\$ 9.845.818,00 (nove milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e dezoito reais); e (b) a capitalização de créditos detidos pela quotista no valor total de R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais). A quotista **Tangará Energia S.A.** renuncia ao seu direito de preferência para participar do aumento ora aprovado. **2.3.** Na sequência, decidem os sócios-quotistas, por unanimidade e sem ressalvas, alterar a redação da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar conforme redação abaixo, já considerando a incorporação da antiga sócia São João Energética S.A. pela Tangará Energética S.A., ocorrida em 01/10/2021: **"Cláusula 5ª** – O capital social, totalmente integralizado e expresso em moeda corrente nacional, é de R\$ 26.614.619,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezoito reais), dividido em 26.614.619 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezoito) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios: **i. Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89) possui 26.614.618 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezoito) quotas, no valor total de R\$ 26.614.618,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezoito reais); e **ii. Tangará Energia S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 03.573.381/0001-96) possui 1 (uma) quota, no valor total de R\$ 1,00 (um real)." **3. Transformação da Sociedade: 3.1.** Transformar a forma jurídica da Sociedade, de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima, sem liquidação, sem dissolução, nem importando essa transformação em qualquer solução de continuidade, mantendo em vigor todos os direitos e obrigações sociais, o mesmo patrimônio, a mesma escrituração comercial e fiscal, mantido o mesmo capital social, e passará a ser regida pela Lei 6.404/76 (Lei de S.A.). **3.2.** Em vista da transformação do tipo societário da Sociedade, nos termos acima, aprovar a conversão das 26.614.619 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezoito) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 do capital social da Companhia em 26.614.619 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezoito) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, assim distribuídas: **i. Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89) possui 26.614.618 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezoito) ações ordinárias, nominativas; e **ii. Tangará Energia S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 03.573.381/0001-96) possui 01 (uma) ação ordinária, nominativa. **3.3.** Por conta da alteração da forma jurídica da Sociedade, alterar a denominação social da Sociedade para **Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A.**; **3.4.** Aprovar o projeto do estatuto social da Sociedade, constante no Anexo I, o qual faz parte integrante e inseparável deste Instrumento, independente de transcrição, dando-se por constituída a **Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A.**; **3.5.** Autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas pelos sócios no presente Instrumento, incluindo, mas não se limitando a, transformação do tipo societário da Sociedade. **4. Eleição dos Administradores: 4.1.** Eleger os Srs. **Fernando Mano da Silva**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 50759188, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 690.436.121-20, para o cargo de **Diretor Presidente**; **Marcio Varella Calux**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 91875781, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.917.327-44, para o cargo de **Diretor Vice-Presidente**; **Carlos Gustavo Nogari Andrioli**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no OAB/PR sob o nº 21.793, inscrito no CPF/MF sob o nº 861.403.379-68, para o cargo de **Diretor sem Designação Específica**; e **Flavio Martins Ribeiro**, brasileiro, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 7696206, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.898.606-00, para o cargo de **Diretor sem Designação Específica**; todos com endereço profissional na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro e com prazo de gestão de até 01 (um) ano a contar da presente data. **4.1.1.** Os diretores, ora eleitos, declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A formalização da referida eleição se dará mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de atas da administração, nos prazos e normas previstos no Artigo 149 da Lei nº 6.404/76 e no Artigo 12, parágrafo segundo do Estatuto Social. **5. Demais Assuntos de Interesse Social: 5.1.** Aprovar, nos termos do artigo 289 da Lei de Sociedades Anônimas, a realização de todas as publicações da Sociedade, previstas em lei, no "Jornal Diário do Comércio". E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Instrumento Particular de Transformação do Tipo Societário limitada para Sociedade Anônima em 01 (uma) via, a presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas. Bocaina, SP, 13 de fevereiro de 2024. **Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (representadas digitalmente por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva); **Tangará Energia S.A.** (representadas digitalmente por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Flavio Martins Ribeiro). **Testemunhas:** (Assinado digitalmente por Isis Paula Cerinotti Malhaes e Guilherme Braga Lacerda). **Visto da Advogada:** Isis Paula Cerinotti Malhaes – OAB/RJ 178.906. **Anexo I. Estatuto Social Consolidado da Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A.. Capítulo I – Sede, Objeto e Duração. Denominação e Características. Artigo 1º.** A Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A. (doravante apenas Santa Candida I ou Companhia) é uma Sociedade Anônima que se rege por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Sede, Foro e Dependências. Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro no Estado de São Paulo, Cidade de Bocaina, na Fazenda Santa Candida s/n, CEP 17240-000, podendo manter, abrir e fechar filiais em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação da Diretoria. **Objeto Social. Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (a) a implantação e a exploração, como Produtor Independente, da Usina Termo Elétrica ("UTE Santa Candida I" ou "UTE"); (b) a produção e a comercialização da potência e da energia gerada pela UTE; (c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a UTE; e (d) a comercialização de créditos de carbono. **Duração. Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações. Do Capital Social. Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado é R\$ 26.614.619,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezoito reais) dividido em 26.614.619 (vinte e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e dezoito) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **Das Ações. Artigo 6º.** A cada uma das ações ordinárias é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Integralização. Artigo 7º.** O acionista subscritor

de ações que não obedecer aos prazos e condições estabelecidas pela Assembleia Geral para a integralização das ações subscritas ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se, até a data da integralização, ao pagamento de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, de correção monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre o mês da subscrição e o do efetivo pagamento, e de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor das prestações em atraso. **Capítulo III – Da Assembleia Geral. Competência. Artigo 8º.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todas as matérias relacionadas com o objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Instalação. Artigo 9º.** A Assembleia Geral será sempre convocada, instalada e presidida pelo Diretor Presidente da Companhia e, na sua ausência ou impedimento, por qualquer outro Diretor. O Presidente da Assembleia escolherá, entre os presentes, o Secretário. **Parágrafo único.** Independentemente das formalidades previstas em lei e neste estatuto, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Assembleia Geral Ordinária. Artigo 10.** Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, será realizada Assembleia Geral Ordinária, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência, previstas no art. 132 da Lei nº 6.404/76. **Assembleia Geral Extraordinária. Artigo 11.** A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto. **Capítulo IV – Da Administração da Companhia. Artigo 12.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** O prazo de gestão dos Diretores se estende até a investidura dos novos Diretores eleitos. **Parágrafo Segundo.** Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de Atas de Reunião da Diretoria. Os Diretores que forem reeleitos serão empossados pela Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores serão substituídos, em suas ausências e impedimentos ocasionais, pelos demais membros da Diretoria. Em caso de ausência ou impedimento permanente, e desde que o número de membros remanescentes seja menor do que o mínimo previsto no caput deste artigo, a Assembleia Geral elegerá substituto, que exercerá o mandato até o término do prazo de gestão do diretor substituído. **Reuniões. Artigo 13.** A Diretoria reunir-se-á sempre que o exigirem os interesses sociais, na sede da Companhia ou no local indicado na convocação. A convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião. **Parágrafo Primeiro.** As reuniões serão convocadas através de aviso escrito, por meio de carta, telegrama, fax ou correio eletrônico, enviado a cada Diretor com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da reunião, devendo haver a confirmação do recebimento. **Parágrafo Segundo.** Independentemente das formalidades previstas acima, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores. **Parágrafo Terceiro.** A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria e deliberará pela maioria dos membros presentes. Em caso de empate, o Presidente terá, além do seu voto, o voto de qualidade. **Parágrafo Quarto.** As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio. **Representação da Sociedade. Artigo 14.** A representação ativa e passiva da companhia será exercida por 2 (dois) Diretores conjuntamente, por 1 (um) Diretor em conjunto com um procurador especialmente nomeado ou por 2 (dois) procuradores em conjunto. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia será, excepcionalmente, representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal. **Parágrafo Segundo.** A Diretoria poderá, ainda, designar 1 (um) de seus membros ou constituir um procurador, para representar a Companhia em atos e operações específicas, no País ou no Exterior. **Artigo 15.** A Diretoria poderá constituir procuradores da Companhia, sempre mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, devendo ser especificados os atos e operações que poderão praticar. **Parágrafo único.** As procurações terão sempre prazo determinado, não excedente a 1 (um) ano, salvo aquelas que contemplem os poderes da cláusula *ad iudicia*. **Competência. Artigo 16.** Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à plena realização do seu objeto social. **Artigo 17.** Ao Diretor Presidente compete, especificamente: (a) Formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral, com a participação dos demais Diretores; (b) Exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia; e (c) Convocar, presidir e instalar as Assembleias Gerais e as Reuniões da Diretoria. **Parágrafo único.** Em suas ausências e impedimentos temporários ou permanente, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente. **Artigo 17-A** – Ao Diretor Vice-Presidente compete substituir o Presidente nos impedimentos ocasionais ou ausência temporária ou permanente, praticando todos os atos de competência do substituído. **Artigo 18.** Os Diretores sem designação especial exercerão as atribuições que lhes forem conferidas pela Assembleia Geral e pelo Diretor Presidente. **Remuneração. Artigo 19.** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, que será distribuída entre eles mediante deliberação da Diretoria. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Composição e Funcionamento. Artigo 20.** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, nos casos previstos em Lei. **Artigo 21.** O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira assembleia geral ordinária após a sua instalação. **Artigo 22.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em media, for atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanço e Resultados. Exercício Social. Artigo 23.** O exercício social terá a duração de 1 (um) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Demonstrações Financeiras. Artigo 24.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as Demonstrações Financeiras da Companhia, segundo os critérios estabelecidos pela Lei nº 6.404/76 e pelas demais normas e princípios contábeis geralmente aceitos, submetendo-as à deliberação da Assembleia Geral. **Destinação dos Resultados. Artigo 25.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo.** Será destinado ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 e seus incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Terceiro.** Atendida a destinação prevista nos parágrafos anteriores, o saldo disponível será distribuído, igualmente, com dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. **Dividendos Intermediários. Artigo 26.** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, distribuir dividendos com base em resultados apurados em balanço semestral ou levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, observado o que dispôs o artigo 204, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Primeiro.** A Diretoria poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Segundo.** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da Companhia. **Capítulo VII – Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 27.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em Lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, a quem competirá eleger o liquidante. **Parágrafo Único.** Durante o período de dissolução, liquidação e extinção, o Conselho Fiscal somente funcionará a pedido de acionistas. **Capítulo VIII – Disposições Finais. Artigo 28.** Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela legislação brasileira aplicável a este tipo societário. Bocaina, SP, 13 de fevereiro de 2024. **Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (representadas digitalmente por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva); **Tangará Energia S.A.** (representadas digitalmente por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Flavio Martins Ribeiro). **Testemunhas:** (Assinado digitalmente por Isis Paula Cerinotti Malhaes e Guilherme Braga Lacerda). **Visto da Advogada:** Isis Paula Cerinotti Malhaes – OAB/RJ 178.906. Junta Comercial do Estado de São Paulo, Certifico e registro sob o nº 154.244/24-7 e NIRE 35.300.418.522 em 16/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Triunfo Agropecuária S.A.											
CNPJ/MF nº 49.323.876/0001-68											
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)											
Balanco Patrimonial			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido								
	2022	2023	Ano 2022			Ano 2023			Ano 2022		
Ativo	61.608.175,37D	60.358.790,05D	Capital Realizado	Reserva Legal	Reservas de lucros	Reservas de lucros	Reservas de lucros	prejuízos acumulados	Lucros ou	Total	
Ativo circulante	38.198.418,37D	39.835.352,72D	Capital Social								
Bancos conta movimento	599.553,58D	404.697,55D	44.500.566,74	504.658,53	9.588.511,98			(2.463.747,14)		42.036.819,60	
Clientes a receber	4.786.027,30D	4.376.213,98D						(10.093.170,51)			
Perdas estimadas	2.663.424,85C	2.663.424,85C						10.461.286,85		10.461.286,85	
Outros créditos	784.027,16D	699.902,76D	Saldo em 31/12/2022	44.500.566,74	504.658,53	9.588.511,98		2.095.630,80		2.095.630,80	
Adiantamentos a fornecedores	212.380,31D	93.270,86D	Ano 2023	Capital Realizado	Reserva Legal	Reservas de lucros	Reservas de lucros	prejuízos acumulados	Lucros ou	Total	
Adiantamento a empregados	5.176,65D	828,47D	Saldo em 31/12/2022	44.500.566,74	504.658,53	9.588.511,98				54.593.737,25	
Tributos a recuperar/compensar	566.470,20D	605.803,43D	Reservas					(1.208.016,07)			
Aplicações financeiras	17.848.574,08D	5.860.377,08D	Lucro Líquido do Exercício								
Estoques	15.777.700,85D	29.660.807,12D	Lucro Líquido do Exercício								
Despesas antecipadas	1.065.960,25D	1.496.779,08D	Ajuste de Exercícios Anteriores								
Não circulante	23.409.757,00D	20.523.437,33D	Saldo em 31/12/2023	44.500.566,74	565.059,34	10.736.127,24				55.801.753,32	
Clientes a receber LP	194.400,00D	230.820,00D	Demonstração do Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa Pelo Método Direto					
Sócios	4.982.634,91D	12.600.740,68D		2022	2023	Atividades Operacionais			2022	2023	
Depósitos judiciais	1.885,78D	1.885,78D	Receita Bruta	16.471.656,40	15.387.396,05	Valores recebidos de clientes			23.083.072,37	9.790.962,12	
Investimentos	776.815,25D	781.465,35D	Deduções	(375.497,08)	(557.660,42)	Valores pagos a fornecedores			(11.778.286,20)	(8.095.629,03)	
Imobilizado	12.642.287,68D	2.587.291,06D	Receita Líquida	16.096.159,32	14.829.735,63	Valores pagos a empregados			(2.580.906,20)	(2.015.740,15)	
Imóveis	12.826.442,09D	434.243,24D	CPV	(3.168.274,69)	(4.396.125,96)	Caixa Gerado Pelas Operações			8.723.879,97	(320.407,06)	
Móveis e utensílios	606.975,33D	632.281,34D	CMV	(202.390,31)	(428.051,51)	Tributos pagos			(4.177.960,17)	(2.220.861,39)	
Máquinas e acessórios	30.823,76D	30.823,76D	Lucro Bruto	12.725.494,32	10.005.558,16	Fluxo de caixa antes de itens extraordinários			4.545.919,80	(2.541.268,45)	
Equipamentos	3.250.832,04D	3.293.720,96D	Despesas Com Vendas	(462.687,71)	(449.430,40)	Outros déb. c/ sócios/ adm./ pessoas coligadas			(611.564,16)	(6.701.908,51)	
Ferramentas	32.091,63D	37.421,63D	Despesas Administrativas	(3.427.549,36)	(3.588.904,21)	Recebimento por indenização de seguros					
Instalações	1.305.367,44D	1.540.367,44D	Despesas Tributárias	(596.781,67)	(661.339,46)	Recebimento de lucros e dividendos					
Veículos	2.501.611,23D	2.666.736,72D	Despesas Gerais	(3.114.176,61)	(4.408.115,60)	Outros recebimentos (pagamentos) líquido			686.596,65	54.425,05	
Aeronaves	29.665,94D	29.665,94D	Despesas Financeiras	(47.843,08)	(42.269,68)	Outras Despesas			(130.922,39)	(169.843,34)	
Tratores e implem. Agrícolas	1.303.849,83D	1.426.849,83D	Receitas Financeiras	1.514.427,67	1.937.352,81	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			4.490.029,90	(9.358.595,25)	
Benf. Em propriedade de terceiros	614.569,88D	0,00D	Outras Despesas Operacionais	(367.332,66)	(1.074.803,71)	Atividades de investimento					
(-) Deprec, amort. e exaustões acum.	9.859.941,49C	7.504.819,80C	Outras Receitas Operacionais	6.037.464,13	673.686,41	Compras de imobilizado				(120.000,00)	
Intangível	-	-	Resultado antes do IR e CSLL	12.261.015,03	2.391.734,32	Aplicações Financeiras CDB/ Ações/ Cotas			(3.876.890,79)	8.815.467,57	
Software de computação	9.120,00D	9.120,00D	Provisões para IRPJ e CSLL	(1.799.728,18)	(1.183.718,25)	Controladas/ Coligadas					
Amortizações	9.120,00C	9.120,00C	Lucros Líquido do Exercício	10.461.286,85	1.208.016,07	Recebimento por vendas de ativos permanentes					
Ativo biológico	4.901.733,38D	4.321.234,46D	Demonstração do Resultado Abrangente			Juros recebidos de empréstimos					
Animais de trabalho	55.584,17D	55.251,31D	2022	2023	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos			(3.876.890,79)	8.695.467,57		
Bovino permanente	8.614.058,84D	8.342.370,27D	Lucro Líquido do exercício	10.461.286,85	1.208.016,07	Integralização de capital					
Equino permanente	25.922,11D	17.145,11D	Resultado Abrangente Total			Pagamentos de lucros e dividendos					
Cultura permanente	2.244.092,82D	2.326.072,82D	Resultado Abrangente Total do exercício	10.461.286,85	1.208.016,07	Empréstimos tomados					
(-) Deprec, amort. e exaustões acum.	6.037.924,56C	6.419.605,05C	Notas Explicativas								
Passivo e Patrimônio Líquido	61.608.175,37C	60.358.790,05C	A Triunfo Agropecuária S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, continuando a Companhia com o mesmo objeto social, mantendo todos os direitos e obrigações que compõem o seu patrimônio, consignando-se, ademais, não houve aumento de capital social, sendo assim permanecerá o mesmo capital social de R\$ 44.500.566,74, passará a ser representado por 4.450.566,74 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada ação, inscritas na exata proporção do valor das respectivas cotas. A Companhia tem como objeto social a atividade agropecuária, compreendendo a criação de bovinos para corte, reprodução, a produção e comercialização de sêmen; a atividade "agrícola" compreendendo a produção de café, de cana de açúcar, de laranja, de milho, de soja e dos demais produtos da cadeia de cultura permanente ou temporária, bem como de parcerias dos respectivos plantios; a atividade "florestal" compreendendo a produção da seringueira, do eucalipto, do bambu e das demais florestas plantadas em geral bem como das nativas compreendendo a extração, serragem e o armazenamento de madeiras, toras, troncos, moirões, estacas e lenhas; a atividade "imobiliária" compreendendo o loteamento de imóveis próprios; a atividade de prestação de serviços compreendendo a guarda e estacionamento de aeronaves e a revitalização de sacarias em geral; a atividade "comercial" compreendendo a comercialização de café in natura								
Circulante	5.224.456,48C	3.835.660,46C	João Hagop Nercessian – Diretor Geral								
Fornecedores	1.319.116,62C	1.140.192,51C	Paula Duarte Silveira – Contadora CRC-SP nº 1SP 176.292/O-2								
Obrigações tributárias	745.715,75C	313.884,41C									
Obrig. Trabalhistas e previdenciárias	614.530,96C	646.900,03C									
Outras obrigações	2.545.093,15C	1.734.683,51C									
Não circulante	1.789.981,64C	721.376,27C									
Outros débitos	50.000,00C	50.000,00C									
Receitas antecipadas e apropriar	2.025.267,35C	878.333,33C									
Despesas antecipadas a apropriar	285.285,71D	206.957,06D									
Patrimônio líquido	54.593.737,25C	55.801.753,32C									
Capital social	44.500.566,74C	44.500.566,74C									
Reservas	10.093.170,51C	11.301.186,58C									
Reserva legal	504.658,53C	565.059,34C									
Reserva de lucros	9.588.511,98C	10.736.127,24C									

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Stima S.A.										
CNPJ/ME nº 44.928.250/0001-61										
Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados – Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)										
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022	
Circulante					Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	17	15	56.628	53.986	Fornecedores	2	-	57.559	86.788	
Contas a receber	-	-	60.391	88.280	Obrigações tributárias	-	-	969	315	
Tributos a recuperar	1	-	541	1.039	Outras contas a pagar	-	-	525	512	
Despesas Antecipadas	-	-	37	-	Valor justo dos contratos de energia – (Físico) PC	-	-	80.728	214.091	
Outros créditos	-	-	2	106	Valor justo dos contratos de energia – (Derivativo) PC	-	-	585	1.272	
Valor justo dos contratos de energia – (Físico)	-	-	114.240	242.160	Adiantamento de clientes	-	-	446	5.256	
Valor justo dos contratos de energia – (Derivativo)	-	-	646	721		2	-	140.812	308.234	
	18	15	232.486	386.293	Não circulante					
Não circulante					Valor justo dos contratos de energia – (Físico) PNC	-	-	59.416	31.937	
Outros créditos LP	-	-	35	35	Valor justo dos contratos de energia – (Financeiro) PNC	-	-	-	-	
Valor justo dos contratos de energia – (Físico) LP	-	-	106.409	67.490	Tributo diferido	-	-	28.046	22.167	
Investimentos	108.367	90.769	5.764	5.969		-	-	87.462	54.104	
Imobilizado	-	-	357	366	Patrimônio líquido					
Intangível	-	-	-	-	Capital Social	51.861	51.861	51.861	51.861	
	108.367	90.769	112.566	73.860	Reserva de lucros	56.521	38.923	56.521	38.923	
Total do ativo	108.385	90.784	345.051	460.153		108.382	90.784	108.382	90.784	
Demonstrações do Resultado Individuais e Consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)										
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022	
Receita operacional líquida	-	-	584.827	682.633	Participação de não controladores	-	-	8.395	7.032	
Custo de energia comprada	-	-	(550.633)	(654.116)		108.382	90.784	116.777	97.816	
Resultado do valor justo de contratos de energia	-	-	16.871	43.891	Total do passivo e patrimônio líquido	108.385	90.784	345.051	460.153	
Lucro bruto	-	-	51.065	72.408						
(Despesas)/receitas operacionais					Receita não operacional – ganho na distribuição	(99)	-	-	-	
Gerais, comerciais e administrativas	(52)	(38)	(5.992)	(3.810)	Depreciações	-	-	149	89	
Outras despesas/receitas não operacionais	-	-	127	(4.336)		(51)	(36)	15.592	1.115	
Resultado de equivalência patrimonial	31.139	38.832	-	-	(Decrécimo)/acréscimo líquido nas contas de ativo					
Outras receitas e despesas operacionais	(4.236)	-	99	(738)	Contas a receber	-	-	27.889	(88.280)	
Resultado antes do resultado financeiro	26.851	38.920	40.837	67.986	Tributos a recuperar	1	-	498	(1.039)	
Receita financeira	4	3	7.193	7.665	Outros créditos	-	-	104	(141)	
Despesa financeira	(1)	(1)	(1.837)	(12.740)	Despesas Antecipadas	-	-	(37)	-	
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	26.853	38.923	46.192	62.911	Acréscimo líquido/(decrécimo) nas contas de passivo					
IR e CSLL corrente	-	-	(11.048)	(5.754)	Fornecedores	1	-	(29.229)	86.788	
IR e CSLL diferido	-	-	(5.878)	(15.226)	Obrigações tributárias	-	-	654	315	
Lucro líquido do exercício	26.853	38.923	29.266	41.931	Adiantamento de clientes	-	-	(4.810)	5.256	
Atribuível a controladores	-	-	26.853	38.923	Diferido	-	-	-	-	
Não controladores	-	-	2.412	3.008	Outras contas a pagar	-	-	13	512	
	-	-	29.266	41.931	Caixa (usado)/gerado pelas atividades operacionais	(48)	(36)	10.674	4.525	
Demonstrações do Resultado Abrangente Individuais e Consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)										
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	26.853	38.923	29.266	41.931	Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício	-	-	-	-	
Atribuível a controladores	-	-	26.853	38.923	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-	-	-	-	
Não controladores	-	-	2.412	3.008	Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	-	-	29.266	41.931	Investimentos	-	(51.860)	-	(5.969)	
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)										
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	26.853	38.923	26.853	41.931	Dividendos recebidos	9.305	50	-	-	
Ajustes que não afetam o caixa					Adições ao imobilizado	-	-	(141)	(454)	
Resultado de equivalência patrimonial	(31.139)	(38.832)	-	-	Caixa gerado pelas/(usado) atividades de investimento	9.305	(51.810)	(141)	(6.424)	
Perda com distribuição desproporcional de dividendos	4.335	1.234	-	-	Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ganho com compra vantajosa	-	(1.361)	-	-	Integralização de capital	-	1	-	1	
Resultado do valor justo de contratos de energia	-	-	(16.871)	(63.622)	Dividendos pagos	(9.255)	-	(9.255)	-	
Resultado do valor justo de derivativos de energia	-	-	(624)	551	Aumento de capital	-	51.860	-	51.860	
Tributo diferido	-	-	5.878	22.167	Participação de não controladores	-	-	1.363	4.024	
Mais Vália	-	-	205	-	Caixa (usado)/gerado pelas atividades de financiamento	(9.255)	51.861	(7.892)	55.885	
	-	-	205	-	Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	2	15	2.642	53.986	
	26.853	38.923	26.853	41.931	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15	-	53.986	-	
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17	15	56.628	53.986	
					Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	2	15	2.642	53.986	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)										
	Capital Social		Reserva Legal		Reserva de Lucros		Patrimônio líquido		Participação de não controladores	
	Social		Lucro a realizar		acumulados		atribuído ao controlador		não controladores	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022	
Abertura 19 de janeiro de 2022										
Integralização de capital	1	-	-	-	-	-	1	-	-	
Aumento de capital	51.860	-	-	-	-	-	51.860	-	51.860	
Aporte não controladores	-	-	-	-	-	-	-	4.024	4.024	
Lucro do exercício	-	-	-	-	38.923	-	38.923	3.008	41.931	
Destinação dos lucros										
Transferência para constituição reserva legal	-	1.946	-	(1.946)	-	-	-	-	-	
Transferência para reservas de lucros	-	-	36.977	(36.977)	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	51.861	1.946	36.977	-	90.784	7.032	97.816	5.983	5.983	
Participação dos Minoritários	-	-	-	-	26.853	-	26.853	2.412	12.979	
Lucro do exercício	-	-	-	-	26.853	-	26.853	2.412	12.979	
Destinação dos lucros										
Transferência para constituição reserva legal	-	1.312	-	(1.312)	-	-	-	-	-	
Distribuição de lucros	-	-	-	(9.255)	-	(9.255)	-	-	-	
Transferência para reservas de lucros	-	-	16.286	(16.286)	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	51.861	3.258	53.263	-	108.382	8.395	116.777	-	-	
A Diretoria Lucas Augusto Berto Muradás – Contador CRC: 1SP 231.980/O-5										

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira em lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

